



ciclo de premiação 2004



histórias de um

Brasil

que funciona

GOVERNOS LOCAIS AJUDANDO
A CONSTRUIR UM PAÍS MAIS JUSTO





histórias de um

Brasil

que funciona

GOVERNOS LOCAIS AJUDANDO
A CONSTRUIR UM PAÍS MAIS JUSTO



ciclo de premiação 2004

Textos:

Hélio Batista Barboza, Marco Antonio
Carvalho Teixeira e Flávio Cintra do Amaral
(a partir das informações fornecidas pelos
finalistas e dos relatórios de visita de campo
elaborados pelos pesquisadores do
Programa Gestão Pública e Cidadania)

Projeto gráfico, diagramação e capa:

Liria Okoda

Apoio editorial:

Brasil Social Comunicação e Editora
(<http://www.reportersocial.com.br/>)

Impressão:

Gráfica Dedone

Impresso em dezembro de 2004

São Paulo - SP

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Karl. A. Boedecker da Escola de
Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas

*Programa Gestão Pública e Cidadania – Histórias de um Brasil que funciona –
2004 / São Paulo:*
Programa Gestão Pública e Cidadania, 2004.
106p.

1. Administração Pública – Brasil. 2. Políticas Públicas – Brasil. 3. Go-
verno Local – Brasil. I. Programa Gestão Pública e Cidadania.

Sumário

Apresentação ... pág. 07

ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO

A terra prometida ... pág. 11
Pesqueira, PE

INFRA-ESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

Reciclando a coleta seletiva ... pág. 17
Londrina, PR

Brilho ecológico ... pág. 21
Guaporé, RS

SERVIÇOS PÚBLICOS

Lições da terra ... pág. 27
Araraquara, SP

Tesouro bem protegido ... pág. 31
Dois Irmãos, RS

Dinheiro na mão ... pág. 35
Estado de Goiás

A cartilha esquecida ... pág. 39
Estado do Acre

De volta à cidadania ... pág. 43
São Paulo, SP

CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

O masculino em discussão ... pág. 49
Diadema, SP

Artes da liberdade ... pág. 53
Estado do Pará



Sumário

De portas abertas ... pág. 57

Araçuaí, MG

Paz para as mulheres ... pág. 61

Estado do Mato Grosso do Sul

O farol da favela ... pág. 65

Belo Horizonte, MG

Oportunidade para crescer ... pág. 69

Boa Vista, RR

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

A economia do bode ... pág. 75

Mossoró, RN

Uma cidade em rede ... pág. 79

Piraí, RJ

Um caminho para a autonomia ... pág. 83

Chapecó, SC

Enxurrada de empregos ... pág. 87

Cabaceiras, PB

Lucros da biodiversidade ... pág. 91

Estado do Acre

LEGISLATIVO

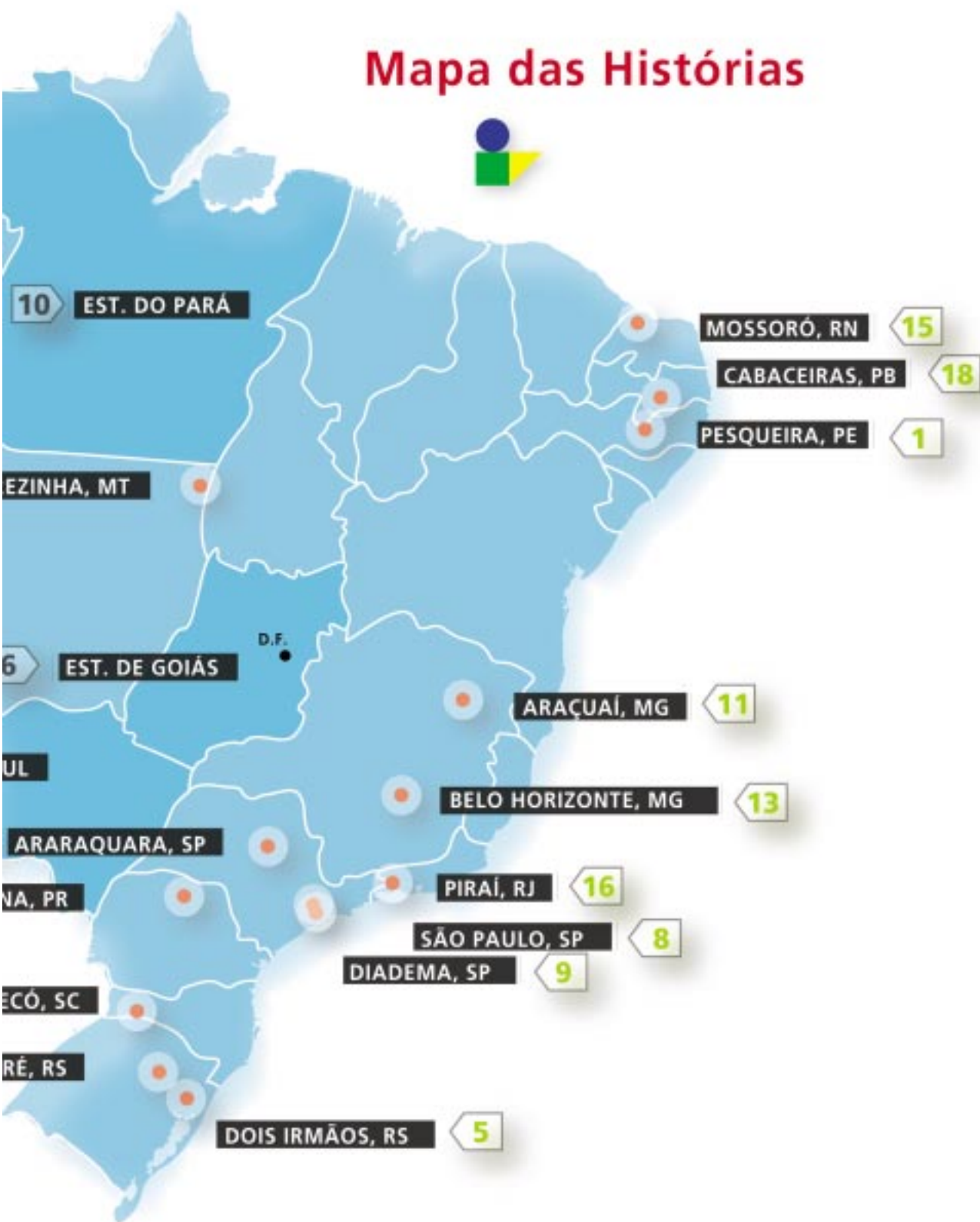
No meio do povo ... pág. 97

Santa Terezinha, MT

Equipe do Programa Gestão Pública e Cidadania ... pág. 101

Publicações ... pág. 103

Mapa das Histórias



Desde 1996, o Programa Gestão Pública e Cidadania realiza um ciclo anual de premiação de práticas inovadoras de governos municipais, estaduais e de organizações próprias dos povos indígenas. As 20 histórias deste livro descrevem as iniciativas premiadas em 2004 e apresentam um pouco da imensa diversidade brasileira, com suas características regionais, seus problemas e suas muitas soluções criativas.

Em 2004, o Programa recebeu mais de mil inscrições, de todas as regiões do País e de diversas áreas temáticas: educação, saúde, conservação ambiental, segurança pública, inclusão digital, etc. Muitas experiências contemplam segmentos específicos, como mulheres, negros, índios, crianças e adolescentes, etc., o que também demonstra a riqueza e a abrangência do conjunto de iniciativas.

>>>

Todas, porém, apresentam algumas características comuns, que permitem defini-las como experiências inovadoras:

- 1) introduzem mudanças significativas em relação a práticas anteriores em determinada área geográfica ou temática;
- 2) têm impacto positivo sobre a qualidade de vida da comunidade;
- 3) podem ser repetidos ou transferidos para outras regiões ou administrações;
- 4) ampliam ou consolidam o diálogo entre a sociedade civil e os agentes públicos e
- 5) utilizam recursos e oportunidades de forma responsável, visando à auto-sustentabilidade.

O Programa Gestão Pública e Cidadania baseia-se nas qualidades acima para chegar às 20 experiências finalistas de cada ciclo de premiação, como as apresentadas neste volume. A seleção das experiências divide-se em três etapas, nas quais são analisadas as informações enviadas pelos responsáveis por essas iniciativas. Na última etapa, técnicos do Programa e de instituições parceiras visitam 30 dos programas e projetos selecionados.

É importante lembrar, porém, que as experiências finalistas representam o conjunto das que se inscreveram no ciclo de premiação. São também uma amostra de um universo bem mais amplo, formado por todas as iniciativas que já participaram do Programa Gestão Pública e Cidadania. Esse conjunto de práticas inovadoras revela um Brasil nem sempre bem conhecido, um Brasil pouco divulgado – um Brasil que funciona.

ORGANIZAÇÃO SÓCIO-POLÍTICA
DO POVO XUKURU



Organização Sócio-Política do Povo Xukuru

Pesqueira, PE

INSTITUIÇÃO: Conselho de
Lideranças do Povo Xukuru

CONTATO: Rua Coronel Leonardo, 49
Pesqueira/PE, 55200-000

Fones: (87) 3835.5152 / (87) 9938.4903
Responsável: Marcos Luidison de Araújo

A TERRA PROMETIDA

OS XUKURU ESTAVAM DISPERSOS PELO INTERIOR DE
PERNAMBUCO, MAS CONSEGUIRAM RETOMAR SEU
TERRITÓRIO E CONQUISTAR DIREITOS DE CIDADANIA

A dispersão do Povo Xukuru pelas fazendas da região de Pesqueira (PE), como trabalhadores temporários, não os fez esquecer as relações que tiveram como povo indígena. As relações familiares, o *Toré* (dança ritual sagrada), algumas instituições (como a Pajelança e o *Cacicado*), mantiveram viva a identidade Xukuru. O relato entre os antigos diz que a iniciativa da articulação para unir novamente o Povo Xukuru deve-se à Xicão Xukuru, que foi eleito cacique em 1986,

>>>

As grandes decisões são tomadas em Assembléia ou pelos Conselhos, e uma comissão interna executa as decisões

Desde então, o objetivo principal dos Xukuru foi a reconquista da terra situada na Serra do Ororubá, em Pesqueira, agreste pernambucano. Durante esse período, uma série de iniciativas empreendidas por lideranças e índios Xukuru configurou a ocupação do território como algo amplo e integrado. O envolvimento de várias lideranças teve como consequência a formação de um Conselho de Lideranças, um Conselho de Professores e um Conselho de Saúde.

Atualmente, os Xukuru ocupam 85% das terras homologadas (27.555 há). Uma forma de reconquista foi a *retomada*, como os índios chamam a ocupação de partes do território (áreas abertas, sedes de fazenda). Na retomada, os índios e suas famílias passavam dias acampados na área. Em muitas retomadas, houve resistência por parte dos fazendeiros, mesmo depois do decreto de homologação.

Esse período de organização e reconquista teve consequências dramáticas para o Povo Xukuru. Cinco líderes foram assassinados, entre eles o cacique Xicão, em 1998. A investigação policial concluiu que um fazendeiro da região foi o mandante e há suspeita do envolvimento de outros fazendeiros.

A reaglutinação e a organização de um povo que estava disperso, mas que mantinha contatos familiares e preservava algumas tradições, era o grande desafio a ser enfrentado. Relatos dos índios mais antigos atestam que o *Toré* era praticado nas matas da Serra do Ororubá, onde os Xukuru se escondiam devido à proibição dos rituais indígenas pelos fazendeiros.

Do território à cidadania

Hoje são mais de 9 mil índios, distribuídos em mais de 2 mil famílias. A forma como os Xukuru ocuparam o território e se organizaram internamente constitui uma inovação. As grandes decisões são tomadas em Assembléia ou pelos Conselhos, e uma comissão interna executa as decisões.

A presença dos jovens nas atividades coletivas e nos conselhos aumentou nos últimos anos, talvez pelo fato de o cacique atual ser um jovem. Eles estão presentes na constituição dos conselhos, juntamente com os índios mais velhos.

Os Xukuru consideram o território como espaço de cultivo, educação e promoção da saúde. Os quatro açudes do território indígena, que abastecem a cidade de Pesqueira, são bem tratados pelos índios. Eles proíbem banhos e outras práticas que possam causar contaminação da água.

As festas do Povo Xukuru ganharam novo ânimo nesse período. Terreiros espalhados pelas aldeias são utilizados para a realização de rituais, como o *Toré*, considerado uma das tradições que mantiveram a unidade e a identidade étnica do Povo Xukuru nos anos de dispersão e expulsão de suas terras.

Após a reocupação de seu território, os Xukuru alcançaram vários objetivos. No que se refere à educação, por exemplo, quase todos os professores das escolas indígenas (1ª. a 8ª. séries) são índios Xukuru. Esta foi uma exigência do Conselho de Professores Xukuru, implementada conforme os indígenas se capacitavam para o magistério. Com o apoio do Centro de Cultura Luis Freire, eles publicaram em 1997 o livro *Xukuru, filhos da Mãe Natureza: uma história de resistência e luta*. O livro tem textos e ilustrações dos próprios Xukuru e registra algumas palavras da língua Xukuru que estavam praticamente esquecidas,

Há três postos de saúde funcionando nas aldeias. Procura-se valorizar a medicina indígena local e existe um projeto para a elaboração de um livro sobre a medicina Xukuru. O pajé cuida dos problemas de saúde mais simples e os casos mais graves são encaminhados para os postos de saúde das aldeias e para o hospital de Pesqueira. A vacinação das crianças Xukuru acontece periodicamente, conforme o calendário naci-

onal de vacinação. Atualmente, os Xukuru discutem com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) a implantação do Programa de Saúde da Família Indígena (PSFI).

Participação feminina

Os índios dispõem hoje de uma alimentação mais farta e variada e, com o incentivo dos conselhos, planejam desenvolver projetos de cultivo comunitário, tendo em vista a venda de produtos nos supermercados da região. Um projeto para o cultivo e a comercialização de hortaliças já foi implantado.

Nesse período de reconquista de território, de retorno dos que moravam na cidade e de reorganização dos que viviam em terras de fazendeiros, houve a composição de uma forma de governar o território que envolve instituições tradicionais dos indígenas e formas de participação e decisão caracterizadas como democráticas. Graças à sua forma inovadora de organização, os Xukuru deram uma nova dimensão à luta pelo território, incorporando a reivindicação de políticas de educação e saúde, a recuperação do meio ambiente e outros direitos de cidadania.

O Conselho de Lideranças e o Conselho de Saúde contam com um membro de cada aldeia. O Conselho de Professores conta com 130 professoras e professores que se reúnem a cada dois meses. As grandes decisões são tomadas pela assembléia anual, que reúne pelo menos 10 representantes de cada aldeia. No plano jurídico, foi constituída a Associação Xukuru. Para encaminhar as decisões da Assembléia e dos Conselhos, há uma comissão interna composta de 56 membros, 32 homens e 24 mulheres. A participação feminina, aliás, tem sido importante desde a retomada do território e as mulheres estão presentes em todos os Conselhos. Elas contribuem para apaziguar os ânimos quando necessário, segundo relatam os índios.

PROGRAMA DE COLETA SELETIVA DE
LONDRINA – “RECICLANDO VIDAS”



PROJETO PRODUÇÃO LIMPA



Programa de Coleta Seletiva de Londrina – “Reciclando Vidas”

Londrina, PR

INSTITUIÇÃO: Cia. Municipal de Trânsito e Urbanização - CMTU-LD

CONTATO: Rua Prof. João Cândido, 1213 Londrina/PR, 86010-001

Fone: (43)3379.7900 / Fax: (43)3379.7913

Responsável: Rosimeire Suzuki

www.londrina.pr.gov.br

Reciclando a COLETA SELETIVA

EM LONDRINA (PR), O SISTEMA NÃO SOFRE A CONCORRÊNCIA DE CATADORES AVULSOS E TEM UM CUSTO MENOR DO QUE INICIATIVAS SEMELHANTES

A implementação de programas de coleta seletiva é fundamental para minimizar os impactos que os resíduos sólidos provocam no ambiente e na saúde dos cidadãos. A coleta seletiva promove a redução do lixo na fonte geradora, o reaproveitamento e a reciclagem de matérias-primas, a geração de renda com inclusão social, assim como diminui os danos ambientais causados pelo aterramento dos resíduos.

>>>

O Programa é desenvolvido em parceria com 26 ONGs, responsáveis pela coleta, triagem e comercialização do material reciclável

No Brasil, desde a década de 90, os programas municipais de coleta seletiva desenvolvidos em parceria com cooperativas e associações de catadores tornaram-se um modelo de política pública. No entanto, esses programas ainda apresentam uma grande fragilidade, em virtude do aumento de catadores avulsos que, para garantir a sua sobrevivência, competem com as organizações já institucionalizadas. Outra fragilidade está associada aos baixos índices de coleta seletiva e à falta de autonomia dos grupos de catadores.

O Programa de Coleta Seletiva de Londrina – “Reciclando Vidas” aponta respostas para alguns desses desafios. O Programa é desenvolvido pela Prefeitura em parceria com 26 ONGs, responsáveis pela coleta, triagem e comercialização do material reciclável. Além da inclusão social e da geração de renda, os principais objetivos da experiência são a ampliação da taxa de reciclagem e o desenvolvimento de uma estratégia que possibilite a sustentabilidade do Programa e a autonomia das ONGs. São coletadas cerca de 90 toneladas por mês de material, o que corresponde a 23% do total de lixo que seria enviado ao aterro.

Conscientização dos moradores

A coleta seletiva existe no município desde 1996, mas antes do Programa era feita porta a porta por caminhões da Prefeitura, atendendo no início 10 mil das 150 mil residências de Londrina. Ampliada gradativamente, chegou a atingir 30 mil residências em 2000, com a coleta de quatro toneladas por dia de material, que era enviado para uma central de triagem operada por funcionários públicos.

O “Reciclando Vidas” começou com a retirada de catadores que trabalhavam no lixão por ação do Ministério Público e a assinatura de um Termo de Ajustamento para a sua incorporação na coleta seletiva. A área de abrangência aumentou para 50 mil residências, o que provocou uma reação dos catadores de rua, que se sentiram ameaçados pela proposta do poder público. Houve então uma negociação para integrá-los ao Programa e formou-se um grupo inicial com-

posto de 20 catadores do lixão e 30 "carrinheiros", que fundaram a primeira ONG para trabalhar na central de triagem, em parceria com a Prefeitura.

Os catadores que atuavam nas ruas uniram-se, organizaram-se em grupos e por iniciativa própria passaram a reivindicar centrais próximas às suas residências e às áreas nas quais coletavam. A pressão ocasionou um processo de descentralização gradativa com a criação, entre 2001 e 2004, de 26 ONGs, reunindo 474 pessoas, entre catadores e moradores de bairros. A criação das ONGs foi considerada ideal para evitar encargos trabalhistas, a Lei de Licitações e as mudanças políticas.

A área do entorno do centro, que corresponde a 80% das residências da cidade, foi dividida e distribuída entre os grupos. A área central de Londrina não foi envolvida no Programa devido à atuação de catadores avulsos, que não se interessaram pela iniciativa.

Em cada área, as ONGs promovem a conscientização dos moradores mediante folhetos e conversas e distribuem sacos de lixo cedidos pela Prefeitura para a separação do material nas residências. A coleta é realizada com veículos, carrinhos de mão e carroças com tração animal. O material reciclável coletado é estocado em alguns pontos denominados "bandeiras", onde é recolhido por caminhões da Prefeitura, que o transportam até os galpões de triagem.

Dos galpões, o material segue para a Central de Pesagem e Prensagem, que coordena a venda dos materiais, visando aumentar o preço de venda e eliminar atravessadores, melhorando a renda dos associados. A Central é administrada por representantes de todas as ONGs. O rendimento obtido com a venda dos materiais, após o pagamento das despesas gerais, é rateado entre os integrantes das ONGs. Cerca de 80% desses trabalhadores são mulheres.

Redução de custo

Alguns benefícios do Programa já podem ser constatados. O aterro, que estaria com sua vida útil esgotada, ganhou uma sobrevida de 10 meses com a

redução da disposição de resíduos sólidos, mesmo com a expansão da coleta regular em 17 novos loteamentos e bairros. A taxa de 23% de desvio dos resíduos que se destinariam ao aterro é considerada alta, e supera a média atingida pelos municípios brasileiros que desenvolvem programas de reciclagem.

Uma das características inovadoras do Programa é a contratação da coleta regular de lixo domiciliar por preço global. Na maioria dos municípios brasileiros, a contratação é por tonelada. Quanto mais lixo é coletado, maior o lucro da empresa. Com a contratação global, passa a ser interessante para a empresa que faz a coleta regular reduzir a quantidade de resíduos, apoiando os grupos que fazem a coleta seletiva.

Outro fator importante é a organização territorial através da setorização da cidade e a incorporação dos catadores de rua. Com isso, não há coletas concorrentes, ao contrário do que ocorre em outras cidades com programas semelhantes.

Também merece destaque o empenho da Prefeitura em estruturar um modelo que caminhe para a autonomia das ONGs. A Prefeitura paga, apenas pelo período de um ano, o aluguel dos locais onde cada ONG funcionará. Das 26 ONGs, 12 ainda se encontram em galpões alugados pela Prefeitura,

algumas já assumiram o aluguel dos galpões, quatro possuem sede própria e as demais estão em processo de identificação de área para alugar.

O material coletado apresenta excelente qualidade de separação, é limpo e seco. Segundo os catadores, eles trabalham com baixos índices de rejeito, uma vez que conscientizam a população num

corpo-a-corpo com os moradores de cada setor da cidade. O custo mensal estimado da coleta seletiva é de R\$ 53,00 por tonelada – muito inferior à média brasileira, inclusive em relação a outros programas que têm parcerias com cooperativas e associações de catadores.

A EVOLUÇÃO DO PROGRAMA

	2001	2004
Nº de grupos (ONGs)	13	26
Nº de participantes	237	474

Projeto Produção Limpa

Guaporé, RS

INSTITUIÇÃO: Secretaria Municipal
da Indústria e Comércio

CONTATO: Av. Silvio Sanson, 1135

Guaporé/RS - 99200-000

Fones: (54) 443.6555 / (54) 443.4430

Fax: (54) 443.4316

Responsável: Denise Bordin Roos

Site: www.guapore-rs.com.br

E-mail: pmguapore@guapore-rs.com.br

BRILHO ECOLÓGICO

SEGUNDO MAIOR PÓLO JOALHEIRO DO PAÍS,
GUAPORÉ (RS) ESTÁ REDUZINDO A POLUIÇÃO
SEM PRECISAR PUNIR AS EMPRESAS

Há algo brilhando em Guaporé (RS), além das jóias ali produzidas. O município é o segundo maior pólo joalheiro do país e está conseguindo superar um dos maiores desafios da cadeia produtiva de jóias: produzir de forma ambientalmente responsável.

A tradição da atividade joalheira no município remonta ao início do século passado, quando imigrantes italianos implantaram as primeiras indústrias de jóias da região. Desde então, surgiram muitas outras pequenas fábricas. >>>

Formou-se uma rede de atores sociais articulados em torno da necessidade de redução dos resíduos

As etapas que envolvem a fabricação de jóias são: o tratamento das peças brutas, geralmente em latão; banhos especiais, em que é feito o revestimento das peças e, por fim, o acabamento. É justamente na fase dos banhos que surgem os maiores problemas. Os produtos utilizados na indústria galvânica – principalmente cobre, cianeto, níquel, ouro e prata – são altamente tóxicos.

A maioria das 112 empresas inseridas na cadeia produtiva joalheira de Guaporé concentra suas atividades no processamento das peças brutas e nos banhos de ouro ou prata. Como o sistema de produção é simples, as unidades produtivas são todas de pequeno porte, geralmente de estrutura familiar, empregando 10 a 20 pessoas. Essa característica torna o controle ambiental extremamente difícil, dado o elevado número de estabelecimentos que devem ser monitorados.

Além de enfrentarem essa dificuldade, as intervenções públicas acabam se tornando um assunto extremamente delicado, devido à força econômica e política do setor: Guaporé tem cerca de 20 mil habitantes, dos quais 4 mil estão empregados na produção de jóias. Para muitas empresas, a imposição de multas poderia significar o encerramento das atividades.

O crescimento da atividade joalheira no município trouxe consigo os problemas ambientais típicos da atividade: contaminação atmosférica por gases emitidos no processo dos banhos de metais, acúmulo de resíduos sólidos gerados a partir do lodo galvânico natural desse processo e poluição por efluentes líquidos, que resultam das águas de enxágüe, despejadas na rede de esgoto.

Frente a esse cenário de crescente deterioração ambiental, a Secretaria da Indústria e Comércio do município tomou a iniciativa de implantar algumas ações, formulando o Projeto Produção Limpa. A experiência foi concebida a partir de duas premissas: orientar os empresá-

rios sobre a necessidade de tratamento e minimização dos resíduos industriais; e apoio para adoção de tecnologias e processos ambientalmente mais limpos, através da disponibilização de informação e acesso aos centros de referência tecnológica.

Consórcio de empresas

O ponto de partida do Projeto foi o seminário “*A eficiência produtiva e a minimização do impacto ambiental na indústria joalheira*” organizado pela Prefeitura em parceria com o Sindicato das Industrias de Jóias de Guaporé. O evento contou com o apoio do Centro Nacional de Tecnologias Limpas (CNTL), do Senai.

Uma das principais conseqüências do seminário foi a criação de um grupo de trabalho, constituído por seis empresários e por técnicos do CNTL, cujo objetivo era identificar possibilidades de melhoria ambiental e aumento da produtividade no setor joalheiro. A partir dos resultados dessa experiência piloto, outras empresas demonstraram interesse em iniciar alterações nos seus processos produtivos que permitissem ao mesmo tempo aumentar a eficiência e melhorar o controle ambiental.

Aos poucos, formou-se no município uma rede de atores sociais articulados em torno da necessidade de redução dos resíduos gerados pelo setor joalheiro. Essa articulação se fortaleceu a partir da doação, pela Prefeitura, de um lote no distrito industrial municipal para a construção de uma estação de tratamento de efluentes líquidos. O gesto foi interpretado pelos agentes produtivos como uma sinalização de que a Prefeitura realmente estava preocupada com o problema.

Foi criado um consórcio de empresas para a destinação de resíduos sólidos industriais – a Associação Guaporense de Fomento Ambiental, que reúne 105 empresários com o objetivo de viabilizar a construção de um aterro sanitário para receber os resíduos.

Monitoramento da água

Além da Associação, a rede da produção limpa no setor joalheiro de Guaporé é formada principalmente pelos seguintes atores: governo municipal, através da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, Sindicato das Indústrias de Jóias (Sindijóias), Câmara de Indústria e Comércio de Guaporé (CIC), duas empresas de assessoria ambiental, Conselho Municipal de Meio Ambiente, Universidade Caxias do Sul, Sebrae e o CNTL/SENAI, que prestou assessoria técnica aos empresários. A Universidade, a partir do seu envolvimento no Projeto, passou a incorporar disciplinas de cunho ambiental no currículo do curso de técnico em joalheria.

O grupo de empresas e organizações liderado pela Secretaria de Indústria e Comércio já conseguiu realizar diversas ações contra a degradação ambiental. Foi implantado, por exemplo, o monitoramento da qualidade das águas da bacia hidrográfica da região, através de análises químicas realizadas em parceria com a Universidade Caxias do Sul.

O Projeto vem conseguindo promover alterações não apenas na maneira como as jóias são produzidas em Guaporé, mas também na relação que os empresários desenvolveram com a questão ambiental. Produzir de forma ambientalmente limpa deixou de ser uma possibilidade remota.

Atualmente, a Prefeitura conta com um sistema de gestão ambiental desenvolvido especificamente para acompanhar o setor galvânico, com ferramentas de gerenciamento como planilhas de mapeamento da cadeia produtiva, monitoramento do tratamento de efluentes, indicadores de desempenho no tratamento dos efluentes gerados e o georreferenciamento de todas as unidades produtivas do setor galvânico do município.

Em 2003, o conceito de produção limpa foi apresentado, por meio de palestras, a mais de mil alunos do ensino fundamental e do ensino médio. Todas as ações foram divulgadas pela imprensa local e pelo *site* www.guapore-rs.com.br.

ESCOLA DO CAMPO



PROGRAMA LEI MUNICIPAL
DE TOMBAMENTO



PROGRAMA CHEQUE-MORADIA



PROGRAMA FORMAÇÃO INTERCULTURAL
DIFERENCIADA E BILÍNGUE
DE PROFESSORES INDÍGENAS



PROJETO OFICINA BORACEA



Programa Escola do Campo

Araraquara, SP

INSTITUIÇÃO: Secretaria Municipal de
Educação de Araraquara

CONTATO: Rua São Bento, 840

Araraquara/SP - 14801-300

Fones: (16) 3301.5000 / (16) 3322.2000

Fax: (16) 201.5000

Responsável: Alexandre Luis Martins de Freitas

Site: www.araraquara.sp.gov.br

LIÇÕES DA TERRA

ESCOLAS RURAIS DE ARARAQUARA SE
TRANSFORMAM EM CENTROS COMUNITÁRIOS
DE VALORIZAÇÃO DO HOMEM DO CAMPO,
SEM PERDER CONTATO COM A CIDADE

Araraquara tem uma história fortemente ligada ao desenvolvimento da agricultura, mas nas últimas décadas seu caráter rural ficou para trás. Hoje, apenas 4,9% de sua população vive no campo. Entretanto, a produção de laranja e de cana-de-açúcar continua sendo a principal atividade econômica do município.

Apenas em 1998 o governo municipal assumiu as primeiras turmas do ensino fundamental. Atualmente, as escolas municipais ainda atendem >>>

A proposta pedagógica exige que toda a comunidade se transforme numa “parceira” das escolas

a menos de 25% dos alunos matriculados nesse nível de ensino. Quanto à educação na área rural, o município contava, em 1984, com 31 escolas rurais de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental, todas estaduais. Um processo de transferência dos alunos para a cidade, iniciado na segunda metade daquela década, levou ao fechamento de 29 escolas. Em 2001, quando a atual gestão assumiu o governo, estavam em funcionamento apenas três escolas rurais, duas delas em áreas de assentamentos.

Nesse cenário, surgiu o Programa Escola do Campo, cujos objetivos são: desenvolver um projeto educacional específico para a zona rural, democratizar o acesso à educação, desenvolver a auto-estima dos educandos e um modelo de desenvolvimento agrário sustentável que promova a permanência do homem no campo.

O primeiro passo para a criação do Programa foi a realização da 1ª Conferência Municipal de Educação do Município. Durante os debates preparatórios para a Conferência, surgiram as diretrizes para a Escola do Campo. As discussões apontaram para a necessidade de se criar uma proposta pedagógica voltada exclusivamente para a zona rural, objetivando também a ampliação do atendimento, inicialmente limitado aos primeiros anos do ensino fundamental.

A construção do projeto pedagógico contou com a participação de educadores, pais e educandos, além da colaboração de alunos de graduação e pós-graduação de universidades (Unesp, USP e UFSCAR), representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), da ONG Brincadeira de Criança e do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp). A Secretaria de Educação convidou a população a participar do processo.

Aula na cozinha

As Escolas de Campo atendem 540 alunos, com uma média de 18 alunos por sala. Oferecem educação infantil e o ensino fundamental (até a 8ª série), que tem a duração de 9 anos, o que aumentou em um ano o

período de permanência na escola. Apesar do número reduzido de alunos, apenas os educandos de 4 e 5 anos ficam numa mesma sala. Para os demais, há uma série por classe, ao contrário das classes multisseriadas que são freqüentes em escolas rurais do Brasil.

Para manter a estrutura do programa, o custo anual é de R\$ 923.000,00, sendo que a principal fonte financiadora é o Fundef. O custo de cada aluno matriculado nas Escolas do Campo é de cerca de R\$ 1.710,00 por ano, valor maior que o custo dos alunos da cidade, de aproximadamente R\$ 1.100,00 por aluno/ano. A diferença é justificada pelas características do programa rural, que envolve maior custo com transporte e menor número de alunos por classe e por professor em relação às escolas urbanas.

As Escolas de Campo trabalham com uma proposta pedagógica inovadora. Os currículos são desenvolvidos de acordo com complexos temáticos, trabalhados não somente em atividades de classe, mas principalmente em trabalhos de campo. Uma das atividades é a cozinha experimental. A cada aula prática na cozinha é preparado um prato. O professor não é especialista em uma matéria e faz a ligação entre as diferentes teorias e a prática, unindo o preparo de receitas com conceitos de matemática, história, geografia e biologia. A língua portuguesa é trabalhada numa aula posterior, na qual os alunos relatam o processo de preparo do prato.

Em uma das escolas foi construído um galinheiro a pedido dos próprios alunos, que cuidam das aves. Para aproveitar essa atividade no processo de aprendizado, foi proposto aos alunos um estudo sobre a viabilidade econômica da criação, uma vez que envolve gastos com compra de ração, manutenção da estrutura e outros aspectos. Outra prática comum nas escolas é a visita aos lotes dos assentados, como parte das atividades curriculares. O proprietário, em geral pai ou mãe de um dos alunos, apresenta a propriedade, os diferentes produtos cultivados e os animais criados, relatando os cuidados necessários em cada uma das atividades.

Transporte exclusivo

Para que a comunidade rural não fique restrita ao seu próprio ambiente, regularmente ocorrem visitas dos alunos à cidade, onde eles visitam museus, teatros e se familiarizam com o próprio ambiente urbano. Alunos de escolas da região central também visitam seus colegas do campo, num trabalho de aproximação e redução do preconceito.

Os educadores contam com um sistema de transporte exclusivo entre a cidade e o campo, a fim de se diminuir o grande rodízio desses profissionais, muitas vezes desestimulados pela distância que precisam percorrer até as escolas. Também foi apresentado um projeto de lei para que os professores das Escolas do Campo recebam um adicional de 10% nos vencimentos.

A proposta pedagógica exige que toda a comunidade se transforme numa “parceira” das escolas. O envolvimento da comunidade local nas atividades da escola tornou possível não somente resgatar o espaço da escola, mas também a transformou no núcleo central da comunidade, em torno da qual acontecem muitas outras atividades. No bairro Bela Vista, por exemplo, a escola se tornou o lugar onde os moradores buscam suas correspondências, graças à instalação de caixas postais. O Programa também desenvolve atividades para a comunidade em geral em parceria com o MST, a Unesp, a Secretaria Municipal de Esportes e o Programa Saúde da Família.

Os primeiros resultados do Programa mostram que as três Escolas do Campo de Araraquara atendem a 100% das crianças em idade escolar da região. Desde a implantação do Programa, nenhuma criança abandonou a escola, o que contrasta com os últimos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep 2003), que apontam um índice de conclusão do ensino fundamental de apenas 40% nas áreas rurais.

Programa Lei Municipal de Tombamento

Dois Irmãos, RS

INSTITUIÇÃO: Conselho Municipal do
Patrimônio Cultural e Natural

CONTATO: Rua Berlim, 240

Dois Irmãos/RS - 93950.000

Fone: (51) 564.1277 / Fax: (51) 564.1277

Responsável: Jorge Angelo Reinheimer

Site: www.doisirmaos.rs.gov.br

E-mail: pmdieduca@terra.com.br

Tesouro bem PROTEGIDO

DESDE QUE SALVOU DA DEMOLIÇÃO A
IGREJA MATRIZ, O MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS (RS)
DESENVOLVEU UMA SÉRIE DE AÇÕES
PARA PRESERVAR SEU PATRIMÔNIO CULTURAL

Dois Irmãos é um município da Região Metropolitana de Porto Alegre, fundado por colonos alemães que ali chegaram na primeira metade do século XIX. Considerado o "Portal da Serra", Dois irmãos é o elo entre os municípios que pertencem ao pólo turístico da Serra Gaúcha e que têm Gramado e Canela como cidades mais conhecidas. A identidade cultural com as tradições alemãs ainda é bastante forte no >>>

A preservação da igreja foi o ponto de partida para uma série de ações da Prefeitura voltadas à conservação do patrimônio cultural

município e por isso a população se mobilizou quando, a partir da década de 80, percebeu que grande parte do patrimônio arquitetônico de Dois Irmãos estava ameaçada.

A antiga Igreja Matriz de São Miguel, construída entre 1868 e 1880, estava abandonada, e a diocese local havia decidido demoli-la para construir uma nova. Um grupo de microempresários e profissionais liberais do município, entre eles arquitetos, advogados e professores, preocupados com a situação da igreja, encaminhou um abaixo-assinado ao governo estadual pedindo o tombamento do edifício, decretado em 1984.

A iniciativa da comunidade foi assumida pela Prefeitura, que passou a realizar eventos culturais na Igreja, como concertos de música erudita e feiras de livros, visando sensibilizar a população sobre a importância dessa construção. Em 1991, a antiga Matriz foi adquirida pela Prefeitura por meio de uma permuta de lotes de terra com a diocese, e quatro anos depois se iniciaram os trabalhos de restauração.

A preservação da igreja foi o ponto de partida para uma série de ações da Prefeitura de Dois Irmãos voltadas à conservação do patrimônio cultural do município. Entre essas ações destaca-se a criação do Departamento Municipal de Cultura e do Museu Histórico Municipal, bem como o inventário de bens culturais da cidade, tendo em vista a definição, no Plano Diretor, de uma zona de interesse cultural. Em 1995, foram fundadas a Associação da Antiga Matriz de São Miguel e a Associação Amigos do Patrimônio Histórico e Cultural do Município, ambas compostas pelo mesmo grupo de pessoas que em 1984 liderou o movimento em torno do tombamento da antiga Matriz. Algumas dessas pessoas passaram depois a colaborar com o trabalho da Prefeitura em favor da preservação do patrimônio e das tradições locais.

Esse trabalho culminou com a criação, em 2003, do Programa Lei Municipal de Tombamento de Dois Irmãos. Trata-se de um conjunto de

cinco leis municipais criadas entre 2002 e 2003 que visam preservar a memória coletiva do município, por meio da conservação e restauro dos bens culturais e naturais que simbolizam sua identidade. Além de dispor sobre a proteção e decretar o tombamento de bens culturais, a legislação criou o Conselho Municipal e o Fundo do Patrimônio Cultural. Também foram estabelecidas normas para a isenção do IPTU de imóveis tombados.

Igrejas góticas e casas *enxaimel*

Até o momento foram tombados 21 imóveis, a maior parte dos quais são construções erguidas entre a primeira e a segunda metade do século XIX em padrão germânico dos séculos XVII e XVIII. Além da antiga Matriz de São Miguel, destacam-se as igrejas luterana e evangélica (ambas em estilo gótico), alguns armazéns, um moinho e uma serraria. Dez dos imóveis tombados são casas em padrão *enxaimel*, estilo arquitetônico originário das regiões agrícolas da Europa Central Medieval.

Cabe ao Conselho Municipal do Patrimônio Cultural avaliar o bem a ser tombado e sugerir o tombamento à Prefeitura. O Conselho é composto por representantes da Prefeitura e de entidades culturais da comunidade, incluindo a Associação Amigos do Patrimônio Histórico. Juntamente com a Prefeitura, o Conselho também acompanha e orienta o proprietário sobre a conservação e restauração do imóvel tombado. Qualquer obra no imóvel fica sob o monitoramento do Conselho. O proprietário pode pedir isenção de IPTU, mas deve renovar o pedido a cada dois anos.

Festas tradicionais

O Programa inclui ainda ações integradas com a Secretaria de Educação, Cultura e Turismo, visando conscientizar a juventude sobre a importância da preservação e sobre a representação da história e das tradições do lugar nos imóveis, nos costumes e nas festas. Disso decorreram dois proje-

tos realizados em parceria com o Departamento Municipal de Cultura, para alunos da rede municipal de ensino: o Projeto Turismo nas Escolas e o Projeto Resgatando Histórias de Família e suas Festas.

O Projeto Turismo nas Escolas leva os alunos e professores da rede municipal para conhecer a rota turística colonial Baumschneiss, mostrando como era a vida dos antigos colonos alemães. A visita tem o objetivo de informar os alunos e professores sobre o estado dos bens culturais e conscientizá-los sobre a importância das atividades culturais para o desenvolvimento turístico.

O Projeto Resgatando Histórias de Família e suas Festas é desenvolvido com os alunos da 3ª série do ensino fundamental, realizando seminários, oficinas e visitas a bens tombados. O Projeto visa resgatar a história das famílias tradicionais do município e, ao mesmo tempo, observar as modificações trazidas pelas famílias migrantes que apareceram em Dois Irmãos a partir da segunda metade do século XX. Tais grupos já não eram compostos por alemães. Os professores conversam com as crianças sobre as festas realizadas em suas casas e na cidade e os alunos produzem textos e desenhos sobre o que observaram.

Paralelamente, está sendo realizada uma pesquisa na comunidade sobre o Kerb de São Miguel, a principal festa da cidade, bem como sobre outras festas familiares e comunitárias. O Kerb de São Miguel, comemorado em 29 de setembro, tem origem nos primeiros imigrantes alemães. Náufragos, eles prometeram consagrar um feriado ao santo do dia de sua chegada, caso conseguissem aportar no Brasil. Quando chegaram em solo gaúcho era 29 de setembro de 1829, dia do Arcanjo São Miguel. Esses imigrantes, destinados à colônia de Bauschneiss, mais tarde a denominaram de São Miguel dos Dois Irmãos, que se tornou o padroeiro da cidade. A festa em homenagem ao santo dura o dia todo e é composta de procissões, bailes, além de comidas e bebidas típicas. O Programa Lei Municipal de Tombamento garante que essa tradição será mantida.

Programa Cheque-Moradia

Estado de Goiás

INSTITUIÇÃO: Agência Goiana de Habitação - AGEHAB

CONTATO: Rua 18-A, 541

Goiânia/GO - 74070-060

Fone: (62) 3096.5000 / Fax: (62) 3096.5005

Responsável: Álvaro César Lourenço

Site: www.agehab.go.gov.br

E-mail: agehab@agehab.go.gov.br

DINHEIRO NA MÃO

O GOVERNO DE GOIÁS TRANSFERE PARTE DA
ARRECAÇÃO DO ICMS PARA QUE AS FAMÍLIAS DE
BAIXA RENDA CONSTRUAM SUAS PRÓPRIAS CASAS

Programas habitacionais para famílias de baixa renda freqüentemente se vêem as voltas com um alto índice de inadimplência. Em alguns casos, essa inadimplência chega a comprometer a própria existência do programa. Mesmo as iniciativas que se baseiam em mutirões, com financiamento do material de construção, são desafiadas por uma complicada equação financeira.

>>>

O governo de Goiás optou por um caminho diferente: está transferindo parte de sua arrecadação de impostos para que as famílias de baixa renda possam adquirir material de construção e com isso construir, reformar ou ampliar as suas casas. As moradias são construídas em terrenos doados pelas prefeituras ou nos terrenos dos próprios beneficiários que, em troca, entram com a mão-de-obra. Trata-se do Programa Cheque-Moradia, executado desde 2001 pela Agência Goiana de Habitação (AGEHAB).

Alem de doarem terrenos e construírem os alicerces das casas, as prefeituras assumem a função de coordenar o Programa em seus municípios, desempenhando funções como: o cadastramento das famílias; a fiscalização do uso dos recursos; e a divulgação dos resultados. São beneficiadas famílias com renda de até três salários mínimos e que não tenham outro imóvel, residentes no município desde antes do ano 2000.

O Cheque-Moradia é um crédito de ICMS que o governo de Goiás doa a essas famílias, sob a forma de cheques impressos na própria AGEHAB, com valores de R\$ 10,00; R\$ 50,00; R\$ 100,00 e R\$ 200,00 e numerados seqüencialmente, como cheques bancários. Eles só têm valor monetário nas lojas de material de construção que, por sua vez, poderão usá-los para o pagamento do imposto estadual ou para a compra das mercadorias, já que as indústrias de materiais de construção também pagam ICMS.

Controle informatizado

Para garantir a rapidez e a eficiência no funcionamento do sistema, a AGEHAB investiu em informatização e na modernização administrativa. No momento da venda, a loja comunica-se com a Agência por telefone para validação dos cheques recebidos. Na sede da AGEHAB, uma central informatizada de atendimento telefônico faz a validação, verificando o número e o valor de cada um, tal qual o sistema de proteção ao crédito usado pelo comércio. Essa operação evita que os cheques-moradia sejam usados

como dinheiro paralelo, sem relação com a finalidade para a qual foram criados, como acontece freqüentemente nos sistemas de pagamento que usam “passes” ou “vales”.

As casas construídas pelo Programa Cheque-Moradia seguem, em linhas gerais, o padrão adotado em quase todos os programas de habitação popular do país: uma planta com dois dormitórios e um banheiro, totalizando 40 m² de área construída e aproximadamente 36 m² de área útil, no centro de um terreno de 200 a 250 m². Tal padronização, juntamente com a facilidade de acesso ao projeto e à relação de materiais, simplifica a compra dos itens necessários à construção. Uma grande rede de lojas de materiais chegou a criar um *kit* do Cheque-Moradia. Dessa forma, quando um beneficiário vai a uma das lojas da rede, já encontra a relação dos materiais e seu custo por item quantificado.

No começo, os comerciantes viam com desconfiança o cheque-moradia, mas com o tempo surgiu até uma concorrência entre as lojas para atrair os beneficiários do Programa, o que contribuiu para diminuir os preços dos materiais. As obras são assistidas pelas equipes técnicas das prefeituras, que se obrigam, ao assinar o convênio com o governo do Estado, a disponibilizar técnicos na proporção de, no mínimo, um orientador para cada 40 moradias.

Os técnicos da AGEHAB também ministram cursos para os funcionários das prefeituras, a fim de padronizar os procedimentos do Programa, tanto no que se refere à seleção das famílias beneficiadas quanto à construção propriamente dita. Ao fazer o cadastramento das famílias, a prefeitura segue os critérios definidos pela Agência, coletando os dados que estão definidos numa ficha de cadastro fornecida pela AGEHAB. Para dar a palavra final sobre a concessão do benefício, a Agência apóia-se num sistema informatizado que, a partir das características de cada família, atribui uma pontuação aos candidatos e fornece a lista dos aprovados.

Interesse das empresas

A fiscalização do Programa é feita principalmente pelas prefeituras, mas há abertura para que seja feita também por ONGs, além da própria AGEHAB. Como o controle é informatizado, uma família beneficiada em um município não o será em outro. Além de atualizar o cadastro dos moradores a cada seis meses durante oito anos, as prefeituras devem comunicar à Agência qualquer irregularidade.

A média de doação por família, nos três anos de existência do Programa, foi de R\$ 1.788,47, chegando a R\$ 2.276,88 em 2003, sem contar os terrenos. Desde a criação da AGEHAB, o número de municípios parceiros do Cheque-Moradia foi ampliado de maneira significativa, chegando a 86% dos 212 municípios de Goiás e mais de 50 mil famílias beneficiadas.

A injeção de recursos cada vez mais vultosos no Programa, cujo orçamento tem dobrado a cada ano, atrai investimentos para o estado de Goiás, dado o interesse das empresas em participar desse nicho de mercado. O montante dos recursos gira em torno de 2% da arrecadação de ICMS.

PROGRAMA CHEQUE-MORADIA

Gasto do governo (R\$ milhões)	Municípios atendidos	Famílias beneficiadas
89,2	212	53.660

Obs.: Até 31/07/2004

Com esse investimento, o estado de Goiás tem conseguido reduzir o déficit habitacional a um custo menor do que o dos programas de habitação popular que utilizam sistemas de financiamento ou mutirões de construção. O Programa também evita os problemas decorrentes da inadimplência e reduz a possibilidade de corrupção por licitações fraudulentas. Há também os benefícios para a economia, já que a experiência contribui para movimentar as indústrias ligadas à construção civil, atraindo investimentos e gerando empregos.

Programa Formação Intercultural
Diferenciada e Bilingüe
de Professores Indígenas

Estado do Acre

INSTITUIÇÃO: Secretaria Estadual de Educação

CONTATO: Rua Rio Grande do Sul, 1097

Rio Branco/AC - 69903-240

Fone: (68) 213.2347 / Fax: (68)223.3588

Responsável: Manoel Estébio Cavalcante da Cunha

Site: www.ac.gov.br

E-mail: eindigena.educacao@ac.gov.br

A cartilha ESQUECIDA

PIONEIRO NA CRIAÇÃO DE UMA POLÍTICA
DE EDUCAÇÃO INDÍGENA, O ACRE AINDA É
UM DOS POUCOS ESTADOS A CUMPRIR A
LEGISLAÇÃO FEDERAL NESSA ÁREA

A legislação brasileira garante aos povos indígenas o direito a uma educação diferenciada e de qualidade, e uma resolução do Ministério da Educação, de 1999, estabelece as diretrizes para o funcionamento das escolas indígenas. No entanto, a insuficiência dos recursos, a falta de pessoal capacitado e a dificuldade de acompanhamento por parte do governo federal são alguns dos entraves en- >>>

frentados pelos indígenas para a efetivação desse direito.

Os poucos governos estaduais que têm projetos nessa área executam ações isoladas, que não representam a implantação de uma política educacional e nem de uma estrutura que garanta o funcionamento de cursos de formação dos professores, o acompanhamento pedagógico, a construção de escolas e a produção e distribuição de material escolar específico.

O Acre é um dos únicos estados onde as diretrizes previstas na legislação federal são efetivamente implementadas. O Programa de Formação Intercultural Diferenciada e Bilingüe de Professores Indígenas, executado pelo governo do Acre, foi a primeira experiência de educação escolar indígena no país que partiu da participação dos próprios índios. Trata-se de uma iniciativa desenvolvida desde 1983, quando a Comissão Pró-Índio do Acre (CPI/AC) realizou o 1º Curso de Formação de Professores Indígenas, atendendo um pedido das lideranças indígenas do estado.

Todo o projeto foi estruturado a partir das expectativas dos indígenas quanto à obtenção de conhecimentos que garantiriam a posse e o gerenciamento dos seus territórios e a aquisição de meios para melhorar as condições de vida de suas comunidades. Buscava-se reforçar a língua materna, os costumes, as tradições do povo e a manutenção de sua cultura extrativista. O professor indígena representaria a ligação entre o conhecimento tradicional de seu povo e o conhecimento não indígena.

Apoio do governo

Além de ser pioneira, essa experiência é considerada uma das mais importantes na área da educação escolar indígena no Brasil, por ter desenvolvido uma prática pedagógica (cursos de formação, acompanhamento pedagógico, material didático) que inspirou os outros cursos de formação de professores indígenas implementados no país, incluindo algumas iniciativas premiadas pelo Programa Gestão Pública e Cidadania.

Do trabalho dos professores indígenas e de seus formadores, surgiram os livros em português e nas diversas línguas indígenas do Acre. Além disso, o currículo do curso de magistério foi se aprimorando, e foram implantadas dezenas de escolas nas aldeias. Progressivamente foram incorporados mais professores aos cursos. Apesar desses avanços, no final da década de 90 a experiência ainda tinha um alcance limitado, pois a CPI/AC não podia atender todas as etnias do estado, muito menos todos os professores das comunidades. A iniciativa acabava se limitando a uma determinada região geográfica.

A partir de 1999, o governo estadual procurou ampliar a formação dos professores indígenas e dos técnicos das secretarias municipal e estadual que trabalhavam com educação escolar indígena, além de investir na construção de escolas nas aldeias, na contratação de professores através de concursos específicos e na organização de inspetorias e atendimentos diferenciados.

No ano seguinte, o governo estabeleceu uma parceria com a Comissão Pró-Índio através da implantação, pela Secretaria Estadual de Educação, do Programa de Formação Intercultural Diferenciada e Bilíngüe. O governo e a Comissão também realizaram o 1º. Curso de Formação e Capacitação de Professores Indígenas. Desde então, a iniciativa desenvolvida pela CPI/AC teve continuidade dentro do âmbito governamental.

Superando rivalidades

O curso de formação de professores passou a ser oferecido na cidade de Plácido de Castro, que dispõe de uma infra-estrutura adequada para receber todos os professores do estado interessados no curso, cerca de 200 pessoas por ano. O curso é oferecido durante aproximadamente 45 dias, com a participação de consultores especializados em línguas e educação indígena, enfocando as seguintes disciplinas: matemática, línguas portuguesa e indígena, ciências, geografia, história e artes. Durante o curso, são

produzidos materiais didáticos diferenciados, escritos em língua indígena. O curso representa ainda um importante momento de encontro entre os professores indígenas do estado.

Em 2003, foi criada a Secretaria Extraordinária de Povos Indígenas (SEPI), um órgão consultivo que tem o objetivo de representar os interesses indígenas nas iniciativas do governo do Acre. A SEPI passou a ser uma das parceiras da Secretaria de Educação na execução do Programa.

Além da SEPI e da Comissão Pró-Índio, o Programa atua em parceria com a Funai, com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), com a União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas (UNI) e com o Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

Atualmente, há 130 escolas indígenas nas aldeias do estado, sendo 95 ligadas à rede estadual de ensino e 35 ligadas à rede municipal. Em 2003, havia 4.257 alunos matriculados nessas escolas. A maioria delas atende da 1ª à 4ª série, sete escolas atendem o segmento de 5º a 8º série, e, a partir do ano letivo de 2005, algumas escolas iniciarão o ensino médio. Existem mais de 65 publicações de autoria indígena, que foram editadas pela CPI/AC, grande parte delas nas próprias línguas indígenas.

Um dos resultados mais importantes do Programa é a valorização das etnias indígenas, de suas tradições e de sua cultura. Dois povos que não se intitulavam como indígenas – os Náwa e os Apolima Arara – passaram a se denominar como tal e a intensificar a busca por suas tradições. No passado, esses dois povos foram muito perseguidos e discriminados, o que fez com que negassem sua identidade, como forma de proteção. Outro importante resultado foi o aumento da tolerância entre as 14 etnias presentes no estado (sem contar os povos isolados), superando rivalidades tradicionais através da participação nos cursos de formação de professores. Tais cursos têm contribuído para uma ação conjunta entre as diversas tribos e representam um momento de articulação política.

Projeto Oficina Boracea

São Paulo, SP

INSTITUIÇÃO: Secretaria Municipal
de Assistência Social

CONTATO: Rua Líbero Badaró, 569 - 6ºand.
São Paulo/SP - CEP: 01009.000

Fone: (11)3291.9666 - Fax: (11) 3291.9666

Responsável:Aldaíza Sposati

Site: www.prefeitura.sp.gov.br

E-mail: boracea@uol.com.br

De volta À CIDADANIA

INICIATIVA DA PREFEITURA DE SÃO PAULO
OFERECE AOS MORADORES DE RUA UM ESPAÇO DE
ACOLHIDA, CONVÍVIO E REINSERÇÃO SOCIAL

Em agosto de 2004, uma onda de crimes contra moradores de rua abalou a opinião pública da cidade de São Paulo. Agredidos durante a madrugada, seis deles morreram. A série de assassinatos chamou a atenção para o desamparo em que se encontram essas pessoas, carentes de políticas públicas que busquem reinseri-las na sociedade.

De acordo com uma pesquisa da Fundação Instituto de Pesquisas Eco- >>>

O Projeto dispõe de um conjunto articulado de atividades, desde a abordagem por educadores sociais ao acolhimento

nômicas (FIPE), o município de São Paulo possuía em 2003 cerca de 10 mil pessoas em situação de rua, das quais 60% moravam em albergues e o restante ficava ao relento, dormindo nas calçadas, praças, logradouros públicos, etc.

Nesse mesmo ano, a Prefeitura de São Paulo inaugurou o Projeto Oficina Boracea, que visa atender a população em situação de rua oferecendo-lhes acolhida, convívio e autonomia. Sob a coordenação da Secretaria de Assistência Social e com um mecanismo de gestão comparatilhada, o Projeto estabelece parcerias com órgãos públicos e da sociedade civil para fornecer alimentação, abrigo, higiene, cultura, arte, educação e qualificação profissional.

Rede de solidariedade

O Boracea ocupa um terreno de 17.000 m², no centro da cidade, com amplas instalações que comportam dormitórios, espaços de convívio, restaurante e até um telecentro. O Projeto recebe, em média, cerca de mil pessoas por dia, mas em épocas de frio a demanda aumenta.

Com o passar do tempo, as pessoas em situação de rua apresentam resistência crescente à sua reinserção social, principalmente no que se refere à aceitação de regras e normas de convívio. Elas também perdem suas referências e a esperança de novas oportunidades. A fim de mudar esse perfil, o Boracea estabelece o convívio social como forma de fazer os moradores de rua reconstituírem seus vínculos pessoais. O Projeto busca também desenvolver as capacidades individuais, para que eles se tornem autônomos.

Funcionando 24 horas por dia, o Projeto dispõe de um conjunto articulado de atividades, desde a abordagem por educadores sociais ao acolhimento, buscando sempre a preservação da dignidade e da individualidade. A experiência tem um caráter intersetorial, integrando vários órgãos governamentais, or-

ganizações da sociedade civil e empresas, numa verdadeira rede de solidariedade. Cada uma dessas instituições se responsabilizou por uma atividade ou serviço, e a gestão do Projeto é compartilhada entre todas.

Durante seu primeiro ano de funcionamento, o Boracea abrigou 77 idosos e 922 adultos em situação de rua. Eles permaneceram no Projeto durante um a seis meses, e cerca de 30% desligaram-se do Boracea após conseguir trabalho e moradia. Além disso, 97 pessoas, das 560 que passaram pelo processo profissionalizante, montaram grupos de produção e estão comercializando os produtos que aprenderam a fazer nos cursos.

O Núcleo de Atendimento de Catadores atende moradores do Boracea e de outros abrigos, bem como pessoas da comunidade, disponibilizando estacionamento e guarda de carroça, abrigo, atendimento a animais de estimação, cozinha e copa e um espaço para a coleta seletiva, com capacidade para 100 catadores. O Núcleo tem também um espaço para que os catadores organizem o material coletado e o armazenem, Além de orientar os catadores sobre o manuseio e a comercialização dos recicláveis, o Núcleo organiza visitas a cooperativas e empresas do ramo. A remuneração dos catadores se dá através de retiradas quinzenais e foi criado um fundo de sobras, para pequenos empréstimos.

Estão sendo construídos novos locais de armazenamento para possibilitar a comercialização de outros tipos de material reciclável, além de papel e papelão, que já são comercializados. As regras de funcionamento do Núcleo são discutidas com os catadores, que estão procurando formar uma cooperativa.

Aos idosos, o Projeto Oficina Boracea oferece, além dos dormitórios, banheiros individuais adaptados. O encaminhamento de aposentadorias e a busca da reintegração familiar são outros serviços prestados a esse público. Dois idosos do Boracea se casaram e hoje estão em sua própria residência.

Restaurante, lavanderia e músicas

Já foram oferecidos cursos de horta e jardinagem, costura, construção civil e cooperativismo. Sob a responsabilidade do Centro Universitário 9 de Julho, são oferecidas também salas de leitura e oficinas de alfabetização, que contam, inclusive, com a participação de um número significativo de idosos. Os cursos atendem tanto os moradores do Boracea quanto de outros albergues e, a partir deles, formaram-se uma cooperativa de costura, com 10 pessoas envolvidas, e outra de construção civil, com 21 participantes. Encontra-se em fase inicial de discussão a cooperativa de coleta seletiva.

Sob a coordenação da Secretaria de Governo Eletrônico do município, funciona no Boracea um telecentro, que oferece cursos de informática e salas de internet para os moradores, usuários e para a comunidade.

O restaurante do Projeto Boracea tem capacidade para 2 mil pessoas por dia, servindo alimentação até para outros albergues da cidade. Tendo um cardápio monitorado por nutricionista, o restaurante cria receitas para reaproveitar alimentos. O preço simbólico da refeição é R\$ 0,50, exceto para os idosos, que não pagam o serviço.

A lavanderia do Boracea conta com equipamentos profissionais e tam-

bém presta serviços para a rede de albergues da região central da cidade. Funciona ainda como uma escola, com cursos de capacitação profissional que já conseguiram recolocar algumas pessoas no mercado de trabalho, inclusive na própria lavanderia.

O centro de convívio, sob a responsabilidade da Associação Evangélica Beneficente, tem sala de ci-

nema, oficinas de arte e de música. Nesse espaço também acontecem gincanas, palestras, debates e até exposições de arte. Na oficina de música, os participantes estão gravando um CD com suas próprias composições – uma pequena amostra do manancial de talentos que se esconde nas ruas.

PERFIL DOS MORADORES DE RUA

84% são do sexo masculino

36% têm entre 26 e 40 anos

35% têm entre 41 e 53 anos

67% possuem animais de estimação

32% são catadores de materiais recicláveis

Fonte: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), 2003

PROJETO MASCULINIDADES
E CIDADANIA



PROJETO AÇÃO COMUNITÁRIA
EM ARTE E OFÍCIO



CAPS/SESAMAR - SERVIÇO
DE SAÚDE MENTAL DE ARAÇUAÍ



PROGRAMA ESTADUAL DE
PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER



ESCOLA PROFISSIONALIZANTE
RAIMUNDA DA SILVA SOARES



PROJETO CRESCER



Projeto Masculinidades e Cidadania

Diadema, SP

INSTITUIÇÃO: Sec. de Assist. Social e Cidadania -
Ass. Direitos da Mulher

CONTATO: Av. Almirante Barroso, 111
Diadema/SP - 09910-900

Fones: (11) 4057.7727 / (11) 4057.7000

Responsável: Analdeci Moreira dos Santos

Site: www.diadema.sp.gov.br

O masculino EM DISCUSSÃO

DIADEMA (SP) REÚNE HOMENS PARA
QUESTIONAREM SEU PAPEL NA SOCIEDADE
E A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

O Projeto Masculinidades e Cidadania faz parte de uma ação integrada da Prefeitura Municipal de Diadema, que consiste em concentrar investimentos em serviços, obras, programas, projetos, monitoramento e avaliação das políticas públicas nas áreas mais violentas e carentes da cidade. O Projeto está em funcionamento desde 2002 e nasceu na Casa Beth Lobo, serviço público municipal que se tornou referência >>>

Adolescentes e jovens se conscientizam
de que uma mudança de atitude pode
transformar a relação com o outro

no atendimento a mulheres em situação de violência de gênero. O cotidiano da casa evidenciava a necessidade de incorporar os homens nas discussões sobre a violência praticada contra as mulheres, oferecendo alternativas para que eles pudessem refletir sobre suas relações e assumir novos comportamentos.

Entre as principais metas do Projeto está a elaboração de uma política pública que atenda às necessidades da população masculina, realizando com os homens a discussão sobre os modelos de masculinidade que predominam na sociedade e sua relação com o uso da violência para a solução de conflitos, principalmente de gênero. Espera-se, com isso, contribuir para a erradicação da violência praticada contra as mulheres e aumentar a percepção dos homens sobre a importância da promoção da saúde, e de seu envolvimento nas questões relacionadas à sexualidade, reprodução e criação dos filhos.

As atividades são coordenadas pela Assessoria dos Direitos da Mulher, juntamente com a Assessoria dos Direitos da Juventude, órgãos municipais vinculados à Secretaria de Assistência Social e Cidadania. O Projeto Masculinidades e Cidadania tem sido efetivado por meio de uma parceria com o Centro de Estudos para a Saúde (CES), uma organização não-governamental com foco na educação para a saúde sexual e reprodutiva. A ONG já havia participado de uma experiência anterior no município de Santo André, o Programa Gênero e Cidadania. O Projeto é desenvolvido através da formação de grupos de homens, divididos entre jovens e adultos. Entre os adultos, o foco das discussões é deliberadamente concentrado nas questões de gênero, mas incorpora também temas ligados à saúde de modo geral, com destaque para a questão do tabagismo e do alcoolismo.

O interesse dos jovens

A metodologia utilizada durante os encontros pretende despertar nos homens a consciência de que gênero é uma construção social, que as

mulheres vêm sendo prejudicadas pelos modelos de papéis masculino e feminino na sociedade e que depende também dos homens a reversão desse quadro. As dinâmicas buscam demonstrar os ganhos que eles podem ter com a adoção de novos comportamentos e da reflexão permanente sobre sua relação com os estereótipos do que é ser homem, do que é ser mulher e do que é viver em sociedade.

O projeto Versão H é uma das atividades oferecidas aos homens jovens que freqüentam o Centro de Referência da Juventude. Dados estatísticos apontam a concentração de homicídios na cidade na faixa de jovens do sexo masculino de 15 a 30 anos. No início, a atividade foi vista com desdém. Com o decorrer dos encontros, os jovens passaram a ver nas reuniões a possibilidade de aprenderem sobre assuntos que lhes interessam muito. Algumas reuniões chegaram a contar com a participação de aproximadamente 50 pessoas. Foi preciso limitar o número de participantes para que se pudesse permitir o aprofundamento das questões e a formação de multiplicadores.

Dentre as ações já realizadas pelo Projeto Masculinidades e Cidadania, destaca-se a capacitação em gênero para o quadro de servidores municipais, que vem sendo realizada em etapas. O primeiro grupo beneficiado com a ação foi a própria equipe técnica da Secretaria de Assistência Social e Cidadania, órgão municipal que coordena o Projeto. A segunda fase, em andamento, é direcionada aos integrantes das guardas patrimonial e municipal. O curso foi organizado em dois blocos. No primeiro, são discutidas questões sociais vinculadas à temática de gênero e, no segundo, a questão da identidade masculina, saúde e DST/Aids.

O Versão H tem se transformado num espaço importante de reflexão, de auto-questionamento e de adesão a valores de respeito às diversidades e da equidade entre homens e mulheres. O projeto parece estar despertando nos adolescentes e jovens a consciência de

que uma mudança na sua própria atitude pode transformar a relação com o outro.

Eixo transversal

A equipe coordenadora do Versão H tem realizado esforços no sentido de que o tema gênero seja incorporado por todos os serviços sociais oferecidos no município, mas é um desafio garantir a sustentabilidade das ações por meio de suporte técnico adequado, produção de material didático adequado, formação contínua e supervisão tanto para os profissionais envolvidos como para os jovens multiplicadores.

A dificuldade de diálogo com alguns setores do movimento feminista também impede a formação de consenso sobre a implementação do Projeto. Alguns desses grupos discordam de propostas desse tipo por considerar que ainda faltam serviços públicos que dêem conta da gravidade da situação das mulheres, principalmente em relação à violência de gênero, e que o investimento em programas com foco nos homens estaria de certo modo tirando recursos que poderiam ser investidos em novos serviços.

Apesar dessa discussão, o Projeto apresenta ganhos claros em termos de fortalecimento da cidadania de homens e mulheres, jovens e adultos, ao implantar a discussão sobre masculinidades como eixo transversal nos serviços públicos, gerando uma reflexão sobre as relações de gênero em várias das ações implementadas pela Prefeitura.

A experiência de Diadema inova por incorporar homens que não necessariamente tenham histórico de violência contra suas parceiras e por ter sido assumida por toda a administração. Incluir os homens na discussão sobre as masculinidades, encorajando-os a refletir sobre comportamentos sexuais e práticas sociais são recomendações encontradas em documentos recentes de vários organismos e instituições, nacionais e internacionais, presentes no campo das políticas públicas.

Projeto Ação Comunitária em Arte e Ofício

Estado do Pará

INSTITUIÇÃO: Fundação Curro Velho

CONTATO: Rua Prof. Nelson Ribeiro, 287

Belém/PA - 66113-070

Telefones: (91) 244.5840

Responsável: Dina Maria César de Oliveira

E-mail: fcv@nautilus.com.br

ARTES DA LIBERDADE

PROJETO RESGATA AS TRADIÇÕES DE REMANESCENTES
DE QUILOMBOS NO INTERIOR DO PARÁ E
DESENVOLVE ATIVIDADES DE GERAÇÃO DE RENDA

No interior do Pará, comunidades rurais negras, remanescentes de quilombos, têm um cotidiano difícil. Os moradores tiram a água de poços, rios e igarapés e executam um trabalho pesado, realizando atividades predatórias, como a produção de carvão vegetal e a extração de pedras e madeira. A maioria das fossas está a céu aberto e o lixo sem destino adequado é um problema sério para a saúde e para o >>>

meio ambiente. As moradias são precárias e é preciso enfrentar longas distâncias para obter acesso à educação básica.

O Projeto Arte e Ofício em Comunidades Rurais Negras, desenvolvido pela Fundação Curro Velho em parceria com o Instituto de Artes do Pará, busca melhorar essa dura realidade através da arte. As atividades tentam romper a barreira da segregação e do isolamento gerado historicamente, procurando assegurar os direitos de cidadania dessas populações marginalizadas.

O Projeto faz parte do Programa Raízes, criado em 2000 pelo governo do Pará para promover o reconhecimento e a proteção dos direitos das comunidades remanescentes de quilombos e povos indígenas. O objetivo é dinamizar as ações de regularização das áreas ocupadas por essas comunidades e implantar medidas socioeconômicas, ambientais, culturais e de apoio às atividades de educação e de saúde que favoreçam seu desenvolvimento.

A luta pelo reconhecimento dos direitos territoriais e pelo domínio e titulação das terras é uma questão central quando se fala de comunidades quilombolas. O direito à posse definitiva das terras ocupadas pelas comunidades foi garantido na Constituição de 1988, mas poucos governos efetivaram a transferência de propriedade. No Pará, já foram identificadas cerca de 240 comunidades de remanescentes de quilombos. Até 2003, 20 títulos de terras foram expedidos pelo estado, sendo que 17 foram entregues após a criação do Programa Raízes.

Capoeira, cerâmica, bonecos de pano...

O Projeto Arte e Ofício foi idealizado durante os Primeiros Jogos Quilombolas. A Fundação Curro Velho foi convidada para animar a viagem de barco entre Belém e a cidade de Óbidos. Durante o percurso, a embarcação recolheu os moradores das comunidades ribeirinhas que se juntavam à expedição. Durante 10 dias, 300 pessoas, de 23 comunidades, estiveram reunidas em torno de oficinas de artesanato, musicalidade e teatro. Os

Jogos Quilombolas foram a primeira oportunidade em que parte das cerca de 240 comunidades remanescentes de quilombos identificadas até o momento estiveram reunidas.

O primeiro passo para a organização do Projeto nas comunidades rurais negras foi a pesquisa sobre a identidade cultural e a ocupação de seus habitantes, juntamente com a busca de possíveis fontes de geração de renda para as famílias. Os profissionais percorreram os povoados conversando com os moradores mais antigos. Foram lembrados ofícios e habilidades tradicionais, ao mesmo tempo em que se fez um levantamento das matérias-primas existentes em cada localidade.

As atividades do Projeto tinham como foco o desenvolvimento de produtos que pudessem vir a ser comercializados. Entre os meses de novembro e dezembro de 2002, foram oferecidos cursos de artesanato em cerâmica, iniciação artística, produção de eventos culturais, confecção de instrumentos percussivos, capoeira angola, dança folclórica e confecção de objetos em fibras naturais. Foram beneficiadas 11 comunidades.

Durante o ano de 2003 ampliou-se para 15 o número de comunidades atendidas, tendo sido realizadas 53 oficinas culturais itinerantes, com a participação de 1.166 pessoas. Ampliou-se também o leque das oficinas, com cursos de dança afro, estamparia em tecidos, confecção de bonecos de pano, brincadeiras juninas, entre outras. Sete integrantes de comunidades quilombolas também foram treinados na capital para serem instrutores em arte e ofício. Nesse mesmo ano, foram organizados os Segundos Jogos Quilombolas do Pará. Em 2004, novos cursos foram criados e 29 comunidades têm sido atendidas.

Mobilização das comunidades

No Projeto Arte e Ofício, as comunidades participam de todo o processo, desde o planejamento, quando são definidas as atividades, divi-

didadas as responsabilidades e as tarefas em relação à mobilização e à estadia dos monitores das oficinas, até as decisões relacionadas aos desdobramentos das ações, como a implementação de possibilidades viáveis de ocupação e renda.

O Projeto Arte e Ofício dispõe, em 2004, de menos de R\$ 150 mil, o que representa apenas 4,05% do orçamento total do Programa Raízes. A dotação orçamentária do Projeto Arte e Ofício ainda é pequena mas já é notável a sua eficácia nos resultados das ações empreendidas. O número de cursos e oficinas realizadas é a prova de como se pode fazer muito, mesmo com poucos recursos. O esforço pela diversificação dos cursos e o crescimento no número de comunidades atendidas mostra como o Projeto tem avançado no cumprimento de suas metas.

A experiência provoca um crescimento da auto-estima individual e coletiva, da disciplina pessoal, de ações de união e solidariedade entre moradores, além de incentivar o respeito aos saberes tradicionais dos mais velhos. O Projeto Arte e Ofício tem avançado ainda na multiplicação de grupos folclóricos originais das comunidades. O objetivo é alcançar a auto-sustentabilidade econômica, ambiental e cultural das comunidades.

O Projeto também contribuiu para incentivar a mobilização das comunidades: 77% das associações representativas foram constituídas após a implementação do Programa Raízes. Dessas, 59% surgiram durante as oficinas culturais. Todas as 22 associações existentes participam da Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará (Malungu).

Por meio da articulação entre a ação estatal e as comunidades, o Projeto Arte e Ofício rompe o isolamento a que elas estão submetidas e fornece instrumentos que as capacitam para dialogar com a sociedade que as cerca.

Caps/Sesamar - Serviço de Saúde Mental de Araçuaí

Araçuaí, MG

INSTITUIÇÃO: Prefeitura Municipal de Araçuaí

CONTATO: Praça Rui Barbosa, 26

Araçuaí/MG - 39600-000

Fones: (33)373.1570 / Fax: (33) 3731.1570

Respons.: Maria do Carmo Ferreira da Silva (Cacá)

Site: www.aracuai.mg.gov.br

E-mail: pmaracuai@uai.com.br

DE PORTAS ABERTAS

COM POUCOS RECURSOS, ARAÇUAÍ (MG)
DESENVOLVE UM PROJETO INOVADOR PARA TRATAR
OS PORTADORES DE SOFRIMENTO MENTAL

O tratamento da doença mental no Brasil passa por uma transformação desde o fim da década de 70. No lugar das práticas terapêuticas que se baseavam no isolamento dos doentes em clínicas ou hospitais, surgiram modelos de atendimento que preconizam a integração cada vez maior dos pacientes à sociedade. Os Núcleos de Atenção Psicossocial (NAPS) e os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) foram oficializados e passaram a receber financiamento do SUS.

>>>

A equipe realiza um incessante trabalho de discussão para desmistificar a doença mental, defendendo o direito à livre circulação

No entanto, se essa transformação ainda encontra algumas resistências nos grandes centros urbanos, mais grave é a situação no interior do país, onde a falta de recursos muitas vezes implica o abandono dos doentes à sua própria sorte. Em Araçuaí, um dos 58 municípios do Vale do Jequitinhonha, a região mais pobre de Minas Gerais, durante muito tempo os portadores de sofrimento mental vagavam pelas ruas. Não havia serviço especializado na cidade e algumas pessoas viviam confinadas em “quartinhos”.

Diante da falta de leitos psiquiátricos, muitos casos eram encaminhados para Belo Horizonte, Barbacena e Governador Valadares. São abundantes os relatos de pessoas que foram internadas em hospitais dessas cidades e que sofreram com o isolamento e com as terapias adotadas. A maioria dessas pessoas era enviada de volta a Araçuaí sem apresentar melhora significativa.

Em 1997, a Prefeitura do município elegeu como uma das prioridades de governo o atendimento à saúde mental. Para viabilizar a criação de um serviço especializado, a Prefeitura fez uma parceria com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Jequitinhonha (CISMEJE) e criou o Serviço de Saúde Mental de Araçuaí (SESAMAR), que desde o início pautou suas atividades pelos princípios do movimento antimanicomial e pela prestação de um atendimento humanizado à saúde, priorizando os aspectos preventivos e a inclusão social.

Respeito ao diferente

No período de 1997 a 2000, o serviço funcionou unicamente com recursos da Prefeitura de Araçuaí e com as verbas repassadas pelo Consórcio. Em 2000, o Serviço foi credenciado pelo SUS como um Centro de Atenção Psicossocial, passando a ser conhecido como CAPS/SESAMAR.

O Centro vem desenvolvendo um projeto inovador no campo da saúde mental na região. Primeiro, por trabalhar com o objetivo de promover a

saúde integral dos portadores de sofrimento mental; segundo, por buscar a transformação da cultura local no que se refere a essa questão.

Um exemplo desse trabalho são as atividades realizadas em espaços de lazer da comunidade, como o ginásio poliesportivo, onde semanalmente os portadores de sofrimento mental jogam futebol. As pessoas que não têm interesse em jogar fazem caminhadas nas imediações do ginásio. A equipe também tem realizado um incessante trabalho de discussão para desmistificar a doença mental, defendendo o direito à livre circulação e ao convívio social e demonstrando a importância do respeito ao diferente. Essa discussão acontece em todos os espaços disponíveis para a equipe, como nas escolas, nas entrevistas concedidas aos meios de comunicação e nas conversas com as famílias que frequentam o CAPS/SESAMAR. Todos os anos, no mês de maio, a equipe comemora a Semana de Luta Antimanicomial, com eventos públicos em que a comunidade participa ativamente.

O CAPS/SESAMAR atende mais de mil usuários e é referência para uma população de mais de 117 mil habitantes, distribuída por oito municípios. Para atender a essas localidades, desenvolveu-se um plano de ação, segundo o qual cada localidade contratou determinados profissionais, responsáveis pelo acompanhamento dos portadores de sofrimento mental. Também foram contratados os cuidadores, que são pessoas da comunidade, sem especialização em saúde mental. Tais pessoas foram capacitadas e passaram a apoiar o trabalho da equipe do CAPS/SESAMAR.

O Centro destina-se a atender portadores de sofrimento mental considerados graves, assim como os egressos de hospitais psiquiátricos, mas como é o único serviço especializado da região, algumas vezes atende casos de dependência química e de pessoas com transtornos mais leves. Entre os profissionais que fazem parte da equipe, há uma psicóloga, um psiquiatra e uma terapeuta ocupacional.

Oficinas terapêuticas

Diversas atividades são desenvolvidas diariamente no CAPS/SESAMAR, desde consultas médicas e psicoterapias até o atendimento às famílias. Uma assembléia semanal, conhecida como “Roda”, garante aos usuários um espaço para discutir a organização do serviço e outros assuntos de seu interesse.

Destaca-se, entre as atividades do Centro, a realização de oficinas terapêuticas, que procuram atender aos variados interesses dos usuários, como o coral, a horta, a oficina de beleza e autocuidado, a de sexualidade, a de artesanato, o alongamento corporal e as práticas esportivas. Há também uma oficina para as famílias, na qual elas compartilham os saberes que estão construindo para enfrentar os problemas da convivência com um portador de sofrimento mental.

O CAPS/SESAMAR dispõe de uma casa, chamada “Casa de Passagem”, onde os usuários de outros municípios e da zona rural de Araçuaí podem dormir quando, em períodos de crise, necessitam de atendimento diário. Quando o projeto começou, a equipe procurou nas ruas as pessoas portadoras de sofrimento mental e tentou ajudá-las a reencontrar suas famílias, mas algumas já não sabiam onde procurar e outras não eram aceitas por seus parentes. Por isso, foi criada também a Casa Lar Mens Sana, onde essas pessoas podem viver com dignidade. Atualmente, vivem na Casa Lar nove usuários, que são solicitados a participar da arrumação do ambiente e a cuidar da própria roupa. Uma equipe formada por dois cuidadores, uma cozinheira e uma assistente social se encarrega de ajuda-los a cuidar desse espaço.

As ações do CAPS/SESAMAR têm grande impacto na transformação dos lugares sociais ocupados pelos portadores de sofrimento mental e possibilitam que eles tenham uma vida digna. Apesar da falta de recursos da população e da pobreza da região, a equipe responsável pelo Centro tem conseguido articular as ações no sentido da promoção integral da saúde e da cidadania dessas pessoas.

Programa Estadual
de Prevenção e Combate à
Violência contra a Mulher

Estado do Mato Grosso do Sul

INSTITUIÇÃO: Coord. Especial de
Políticas Públicas para Mulher

CONTATO: Parque dos Poderes, Bl. 8

Campo Grande/MS - 79031-902

Fones: (67) 318.1082 / Fax: (67) 318.1090

Responsável: Sandra Regina Alt

Site: www.ms.gov.br

E-mail: cppm@net.ms.gov.br

Paz para AS MULHERES

O GOVERNO DO MATO GROSSO DO SUL
ENVOLVE VÁRIOS ÓRGÃOS PÚBLICOS E A
SOCIEDADE CIVIL NA PREVENÇÃO E NO
COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Uma pesquisa realizada em outubro de 2001 pela Fundação Perseu
Abramo com 2.500 mulheres apontou que 43% foram vítimas de al-
guma forma de violência de gênero. Mas essa violência muitas vezes
não chega ao conhecimento dos órgãos públicos. A denúncia pública
ocorre com mais frequência nas ameaças por armas de fogo, e mesmo
assim o índice não ultrapassa 31% dos casos. Apenas 21% dos espan- >>>

camentos e 19% das ameaças de espancamento são denunciadas. Para isso, as mulheres costumam procurar a delegacia de polícia comum. A Delegacia da Mulher atinge apenas 5% dos casos de espancamento.

No Mato Grosso do Sul, o governo tem procurado garantir os direitos das mulheres e em 1999 implantou o Programa de Prevenção e Combate à Violência contra a Mulher. Foi criada a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para a Mulher (CEPPM), que exerce um papel imprescindível na construção do diálogo entre os gestores públicos e a sociedade civil com relação às questões de gênero. Para isso, a Coordenadoria conta com diversas parcerias, além de alguns convênios com o governo federal (Ministérios da Justiça e da Assistência Social e Secretaria Especial de Políticas para Mulheres).

As ações do Programa de Prevenção e Combate à Violência contra a Mulher, coordenadas pela CEPPM, incluem a criação de cursos de qualificação profissional, a implantação de Unidades de Saúde da Mulher, a alfabetização de mulheres adultas, a realização de campanhas publicitárias sobre questões de gênero e a capacitação em gênero para profissionais do governo e da sociedade por meio de oficinas, seminários, cursos e campanhas com o recorte de gênero. Só no primeiro semestre de 2004 foram capacitados 900 funcionários públicos.

Formação de policiais

Cursos sobre as relações de gênero e os direitos das mulheres também foram oferecidos para as integrantes de movimentos sociais, as alunas dos cursos de qualificação profissional em vários municípios (inclusive em algumas aldeias indígenas), as integrantes dos vários Conselhos (da Mulher, da Criança e Adolescente, da Assistência Social, dentre outros) e para as mulheres inseridas no Programa Bolsa-Escola.

Os cursos de formação dos policiais civis e militares em Campo Grande passaram a incluir a disciplina "Relação de Gênero e Violência contra a

Mulher”, num esforço para mudar os modelos conservadores e autoritários que costumam caracterizar a corporação.

Outro instrumento fundamental da atuação preventiva do Programa é a realização de campanhas publicitárias na TV, no rádio e em materiais impressos. Um *folder* distribuído nas escolas divulga o Dia Internacional por uma Educação não Sexista (21 de junho) e dá sugestões para o combate ao sexismo na escola.

No âmbito do controle social, destaca-se o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, que milita na defesa dos direitos e acompanha as políticas públicas para mulheres. Com a criação da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência Sexual, o Conselho ganhou ainda mais legitimidade.

Além do Conselho, que representa a sociedade civil e tem a função de fiscalizar o funcionamento dos serviços, a Rede integra diversos órgãos governamentais, que assumiram o compromisso de priorizar o atendimento às mulheres em situação de violência de gênero e se reúnem periodicamente para avaliar o trabalho.

O Instituto Médico Legal (IML), por exemplo, tem uma proposta de atendimento humanizado. Ao procurar esse serviço, a mulher encontra-se fragilizada física e emocionalmente e por isso é recebida primeiramente por estagiárias de psicologia da Universidade para o Desenvolvimento do Pantanal (Uniderp). Vinculado ao IML funciona o Laboratório de DNA, onde são obtidas as provas para a punição dos estupradores. O Laboratório é inédito no país: nos demais estados, tal serviço é oferecido apenas nos casos de reconhecimento de paternidade no âmbito cível, mas não no âmbito criminal.

Mudança de atitude

Na saúde, as secretarias municipal e estadual têm assumido o compromisso de garantir o fornecimento dos medicamentos necessários às mulheres

que sofreram violência sexual (*kits* com pilulas do dia seguinte e remédios de prevenção às DST e AIDS). O fornecimento da medicação é garantido por lei, mas, ao contrário do que vem ocorrendo no Mato Grosso do Sul, nem sempre os governos se preocupam com a efetivação dessa política.

Na área da segurança pública, foram implantadas mais 11 Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (DEAM's) entre 1999 e 2004. Para ajudar as mulheres a sair da situação de violência, há o Centro de Atendimento Cuña Mbarete (em guarani, "mulher forte"), em Campo Grande, e o Centro de Atendimento Viva Mulher, em Dourados. Os Centros oferecem orientação por meio do disque SOS Mulher em todo o Estado, além de atendimento e acompanhamento social, psicológico, jurídico, grupo de apoio e reflexão. Neles também funciona a Defensoria Pública exclusiva, que tem sido referência para outros Estados.

As Casas Abrigos (uma em Campo Grande e outra em Dourados) protegem as mulheres em situação de violência doméstica e sexual que correm risco de morte. Na Casa Abrigo de Campo Grande as mulheres contam com acompanhamento técnico (social, psicológico e jurídico), oficinas temáticas, terapia individual e em grupo, *yoga* e curso de computação (em parceria com a iniciativa privada). As crianças participam de atividades lúdicas e recreativas e têm acompanhamento escolar e pedagógico.

"Eu creio que vou sair desta com mais saúde, felicidade e paz", declarou uma das mulheres atendidas na Casa Abrigo de Campo Grande. "Hoje eu me sinto mais confiante e com o coração cheio de alegria e paz", disse outra. A oportunidade para que essas mulheres reconstruam suas vidas é um dos principais resultados do Programa, Mais benefícios aparecem na medida em que as instituições passam a se preocupar com o atendimento às mulheres em situação de violência, destinando verbas para tal finalidade. Isso se reflete na mudança de atitude dos funcionários públicos que lidam diretamente com a população feminina.

Escola Profissionalizante Raimunda da Silva Soares

Belo Horizonte, MG

INSTITUIÇÃO: Sec. Mun. dos Direitos de Cidadania de BH -
Coordenadoria para Assuntos da Comunidade Negra

CONTATO: Rua Paraíba, 29

Belo Horizonte/MG - 30130-140

Fones: (31) 3277.4696 / Fax: (31) 3277.4264

Responsável: Vânia Diniz

Site: www.pbh.gov.br

E-mail: comacon@pbh.gov.br

O FAROL DA FAVELA

CERCADA PELA POBREZA E PELA VIOLÊNCIA,
ESCOLA PROFISSIONALIZANTE ABORDA A CIDADANIA
E A QUESTÃO RACIAL

A favela Pedreira Prado Lopes é uma das mais antigas de Belo Horizonte e a que apresenta o maior adensamento urbano da cidade. Em uma área de pouco mais de 140 mil m², residem cerca de 12 mil pessoas. Jovens de até 25 anos correspondem a 58% da população e o índice de escolaridade dos responsáveis pelo domicílio é baixo: 15% são analfabetos e apenas 6% atingiram o ensino médio. A favela também é uma área com elevados índices de violência, devido à disputa >>>

pelo controle do tráfico de drogas. Somente nos oito primeiros meses de 2004, 47 pessoas morreram nos confrontos que se seguiram à libertação de um traficante local.

Mas há um lugar na favela que proporciona uma incrível sensação de segurança: a Escola Profissionalizante Raimunda da Silva Soares. Em meio a casas com marcas de bala e sangue nas paredes, a Escola, após seis anos de funcionamento, está bem conservada, sem nunca ter sofrido ameaça, roubo ou depredação. As instalações são limpas, bem cuidadas e guardam vários equipamentos eletrônicos. Pode-se dizer que os traficantes locais estão conscientes da importância desse espaço público para a comunidade.

A Escola surgiu a partir da reivindicação apresentada pelos moradores da Pedreira Prado Lopes no orçamento participativo de 1996, sendo inaugurada dois anos depois. O desejo dos moradores vinha das lembranças positivas do Centro Integral de Atendimento ao Menor (CIAME), uma iniciativa do governo estadual que funcionou na região durante a década de 1970. Esse centro havia se tornado uma referência em termos de ensino profissionalizante.

Quase vinte anos depois, a Prefeitura de Belo Horizonte resolveu preencher a lacuna deixada pelo Centro. No entanto, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), promulgada naquela época, impôs aos municípios algumas restrições, determinando quais tipos de ensino deveriam ser prioritários nos sistemas municipais de educação. Ao mesmo tempo, a LDB promoveu uma separação entre a educação profissional e a educação formal. Pelas novas regras, a Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte não mais poderia oferecer ensino profissionalizante.

Educação para a cidadania

A solução foi colocar a Escola sob a responsabilidade da Secretaria Municipal para Assuntos da Comunidade Negra (SMACON), pois logo se

percebeu que o novo equipamento público deveria ir além da formação profissional. Era preciso incluir a educação para a cidadania e, mais especificamente, um olhar para a questão racial. Mais tarde, com a reforma administrativa realizada pela Prefeitura em 2001, essa Secretaria foi extinta e a Escola passou para o âmbito da Coordenadoria de Assuntos da Comunidade Negra (COMACON), que integra a estrutura da Secretaria dos Direitos de Cidadania.

A coordenação da Escola considera que a formação profissional não deve se restringir ao mero domínio de um determinado processo de trabalho. Deve-se buscar o desenvolvimento de habilidades como a autonomia, a capacidade crítica, a solidariedade e a rotina de reflexão, pois o educando é um ser integral.

Por isso, as aulas dos cursos profissionalizantes englobam não só os conteúdos específicos do curso, mas também as áreas de *Trabalho e Gestão*, que envolve temas como legislação trabalhista, segurança no trabalho e globalização; e *Cidadania*, que inclui a formação para a cidadania e para o reconhecimento positivo da identidade étnico-racial. O combate ao racismo é abordado a partir de temas relativos à vida na comunidade, o que resulta em maior identificação dos educandos em relação ao problema.

A programação de cursos profissionalizantes de 2004 previa 40 cursos diferentes até o final do ano, divididos em seis grandes áreas: alimentação, artesanato, beleza e higiene, cultura e afins, informática e serviços e promoção da saúde. Em agosto, a escola estava oferecendo cursos de *office-boy*, auxiliar de escritório, cabeleireiro, informática, culinária geral, pintura de móveis e paredes e trabalhos manuais. A grande variedade dos cursos oferecidos procura atender não apenas o interesse demonstrado pelos moradores, mas também a demanda identificada no mercado de trabalho local, a partir de pesquisas nos jornais.

“Mulher de traficante”

Todo o funcionamento da Escola articula-se com sua localização e com a história da comunidade. Tendo em vista a escassez de espaços para o desenvolvimento de atividades comunitárias, a Escola estabelece parcerias para a realização de projetos de interesse dos moradores, mesmo que não estejam diretamente ligados à formação profissional. Além de abrir espaços para grupos de Alcoólicos Anônimos, catequeses e outros, a Escola hoje mantém núcleos de diferentes programas, estabelecendo parcerias com órgãos governamentais e não governamentais. Uma dessas parcerias foi estabelecida, por exemplo, com o Programa Internet Cidadã, uma iniciativa da Prefeitura para o acesso público gratuito à internet.

Por outro lado, também é grande a participação da comunidade na discussão sobre o funcionamento da Escola. A formulação dos cursos, a compra de materiais, a fiscalização dos recursos, a contratação de professores e, principalmente, as avaliações de cada curso são realizadas sempre com a participação de um colegiado. Dele fazem parte representantes da COMACON, líderes comunitários, representantes das Associações, funcionários, alunos e ex-alunos.

Uma pesquisa realizada pela empresa de urbanização da Prefeitura mostrou que na Pedreira Prado Lopes 59,8% das famílias são chefiadas por mulheres negras, que têm merecido atenção especial por parte da Escola Profissionalizante.

Em uma comunidade onde ser “mulher de traficante” é um *status* social privilegiado e respeitável, não é raro encontrar gestantes com 12, 13 anos. Porém, muitas meninas e mulheres têm conseguido se livrar da submissão aos homens e gerar sua própria renda a partir dos conhecimentos adquiridos na Escola. Cursos direcionados especificamente para o público feminino, como cabeleireira, manicure e culinária, têm mostrado resultados imediatos para que meninas e mulheres garantam seu próprio sustento.

Projeto Crescer

Boa Vista, RR

INSTITUIÇÃO: Fund. de Educação, Ciência
e Cultura de Roraima

CONTATO: Rua General Penha Brasil, 1011
Boa Vista/RR - 69305-130

Fones: (95) 621.1722 / Fax: (95) 623.1931

Responsável: Cícero Campelo Neto

Site: www.boavista.rr.gov.br

E-mail: ascom@boavista.rr.gov.br

Oportunidade PARA CRESCER

BOA VISTA ENFRENTA A DELINQUÊNCIA JUVENIL
COM EDUCAÇÃO DIFERENCIADA, OFICINAS
PROFISSIONALIZANTES E COOPERATIVA DE TRABALHO

Sob uma mangueira, no quintal de uma casa simples em Boa Vista, capital de Roraima, um grupo de jovens se reúne com o Secretário Municipal da Juventude para discutir a participação deles numa série de eventos a serem realizados na cidade. Trata-se de mais uma reunião da equipe do Projeto Crescer, preparando suas próximas atividades. A impressão que se tem é que muitos anos se passaram desde que esses >>>

Os jovens marginalizados de Boa Vista passaram a ser reconhecidos como cidadãos e a trabalhar em benefício da comunidade

jovens foram identificados por um Censo da Prefeitura, em 2001, como líderes de “galeras” e usuários de drogas.

Boa Vista é uma cidade de jovens: 54% da população tem até 21 anos. São mais de 26 mil, dos quais cerca de 17 mil vivem na linha de pobreza ou indigência. Nos bairros de Boa Vista havia 35 “galeras”, que provocavam brigas e, não raro, mortes, cada vez que se encontravam. A evasão escolar, o desemprego, o uso de drogas, a inexistência de políticas para oferecer atividades de lazer, esporte e cultura a esse público criaram um quadro de delinquência juvenil que era um dos grandes problemas da capital roraimense.

Nesse panorama complexo, a Prefeitura implementou o Projeto Crescer, baseado no tripé formado por uma escola diferenciada, oficinas profissionalizantes e uma cooperativa. Benefícios adicionais, como assistência médica, odontológica e psicológica, juntamente com o fornecimento de vale-transporte, alimentação e de uma bolsa-incentivo no valor de R\$ 100,00, têm melhorado significativamente a qualidade de vida dos participantes, de suas famílias e da comunidade.

Prevenção da Aids

A Escola Frei Artur Agostini oferece o ensino fundamental e o ensino médio, utilizando o sistema de ciclos de aprendizagem e de progressão continuada. Foi planejada para atender inicialmente 400 alunos, mas já estão matriculados 580 adolescentes, jovens e adultos que haviam abandonado os estudos ou que freqüentavam aulas em locais distantes de suas residências.

Além dos beneficiários do Projeto Crescer, a Escola atende a comunidade do entorno e, segundo seus gestores, considera as especificidades da clientela. Casos mais graves de adaptação ao ambiente escolar são atendidos pelo Núcleo de Apoio Psicopedagógico, por meio de dinâmicas, exercícios e interação de grupos. A Frei Artur conta com sala de informática e 19 microcomputadores com acesso à internet. Os alunos têm aulas de dança,

teatro, artes, boxe e timbalada, entre outros cursos. Uma parceria com a universidade permitiu também a instalação de um curso pré-vestibular. No final do primeiro semestre, a Escola abre para o público um encontro artístico-pedagógico, que resume todos os conteúdos aprendidos.

O Projeto Crescer oferece ainda oficinas profissionalizantes, que ensinam informática, serigrafia, moda, sinalização, panificação, serralheria, eletricidade, embalagens, teatro, reciclagem de papel e luteria (fabricação de instrumentos musicais de corda), além de cultivo de hortaliças, ervas, legumes e flores e trabalhos com biscuit, balata e cestaria. Todos os produtos são comercializados na loja *Criatividades do Crescer*, que está começando a vender pela internet. O Projeto conta também com um *cyber* café.

Para os jovens, as oficinas representam muito mais do que uma oportunidade de profissionalização. Numa pesquisa sobre o Projeto Crescer, 94% dos entrevistados apontaram-no como responsável pela reestruturação familiar. O estudo também mostrou que 95% dos jovens do Projeto sabem sobre a importância do uso de preservativos para prevenção da Aids e outras doenças. A utilização correta da “camisinha” foi aprendida por meio de palestras e dinâmicas de grupo em todas as oficinas. É nesses espaços que acontecem discussões sobre sexualidade e namoro; gravidez na adolescência; saúde e qualidade de vida, entre outros temas. As atividades são realizadas de acordo com a faixa etária e seguem uma proposta pedagógica formulada com o apoio da Unicef.

Acidentes de trânsito

Oficinas de auto-estima, além de várias modalidades de esportes, praticadas duas vezes por semana, complementam a proposta. Os artigos produzidos nas oficinas são comercializados na loja *Criatividades* pela Cooperativa Crescer, uma das iniciativas para aumentar a renda de seus integrantes e buscar a auto-sustentabilidade do Projeto. Parcerias com o Sebrae, com o Sindicato das Co-

operativas de Roraima e com a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) possibilitaram que os jovens fossem treinados em cursos de empreendedorismo. É fácil avaliar a importância da cooperativa quando se constata que mais de 80 beneficiários do Crescer têm filhos e que, dos mais de 800 jovens, apenas 150 estão inseridos no mercado de trabalho.

A cooperativa funciona por meio de grupos de produção, formados de acordo com os interesses dos jovens, que não são obrigados a participar. Mesmo assim, é grande o envolvimento dos alunos: para atender uma encomenda de 2 mil lençóis, por exemplo, 24 das 40 alunas da Oficina de Moda dispuseram-se a colaborar.

As Oficinas, a Escola e a Cooperativa abrem novas perspectivas aos jovens marginalizados de Boa Vista, que passaram a se reconhecer como cidadãos e a trabalhar em benefício da comunidade. Tendo começado com um mapeamento dos formadores de “galeras” e usuários de drogas, o Projeto Crescer hoje deixou de ser visto como uma experiência para lidar com “menor, bandido, marginal”, e sim como parte da política municipal para a juventude.

Além da mudança traduzida na redução da violência causada pelas “galeras”, o Projeto ainda trouxe outros resultados, como a promoção de eventos populares em parceria com a Prefeitura (montagem e decoração das principais

festas da cidade), a implantação do espaço Pontocom na periferia da cidade, a montagem de um grupo de teatro e um coral, a realização de campanhas de conscientização ecológica e da Campanha pela Paz no Trânsito, que integrou também os alunos das escolas estaduais e municipais e abordou os motoristas da cidade. Nas oficinas de sinalização, os jovens produzem placas, além de ajudarem a pintar quebra-molas, faixas, etc. A iniciativa contribuiu para reduzir pela metade o número de acidentes com vítimas fatais na capital de Roraima, segundo a Delegacia de Acidentes de Trânsito.

**JOVENS DE BOA VISTA, ATÉ
21 ANOS, EM 2001:**
5.891 não estudavam
1.911 não trabalhavam
1.490 não trabalhavam
nem estudavam

*Fonte: Prefeitura de Boa Vista,
Censo Municipal, 2001*

PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO
À CADEIA PRODUTIVA
DA CAPRINOVINOCULTURA



MUNICÍPIO DIGITAL



PROGRAMA DE GERAÇÃO DE
TRABALHO E RENDA



TURISMO COMO ALTERNATIVA DE
DESENVOLVIMENTO DO SEMI-ÁRIDO



PROGRAMA DESENVOLVIMENTO
FLORESTAL SUSTENTÁVEL
NA AMAZÔNIA BRASILEIRA



Programa Municipal de Apoio à Cadeia Produtiva da Caprinovinocultura

Mossoró, RN

INSTITUIÇÃO: Gerência Executiva da
Agricultura e Recursos Hídricos

CONTATO: Av. Alberto Maranhão, 1751

Mossoró/RN - 59600-000

Fones: (84) 315.4925 / Fax: (84) 315.4922

Responsável: Antonio Gilberto de Oliveira Jales

Site: www.prefeiturademossoro.com.br

A ECONOMIA DO BODE

PROGRAMA DESENVOLVIDO NO RIO GRANDE DO NORTE
FORTALECE A PRODUÇÃO TRADICIONAL DE CAPRINOS,
INCENTIVANDO O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Mossoró é a segunda maior cidade do Rio Grande do Norte e tem uma atividade econômica atípica para municípios do mesmo porte no Nordeste. É a maior produtora terrestre de petróleo do Brasil, produz 25% do sal nacional e tem uma fruticultura forte, destacando-se a produção de melão e caju. Em recente pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, divulgada pela revista *Você S/A*, foi considerada >>>

a 26ª melhor cidade do país para se trabalhar, sendo a 2ª da região Nordeste. Ao mesmo tempo, tem baixos indicadores humanos e sociais, com um IDH que a posiciona na 2.057ª colocação entre 4.491 municípios brasileiros.

A caprinovinocultura é uma atividade pecuária tradicional na região, porém pouco valorizada. Como bodes e cabras são considerados animais resistentes, sua criação costuma se dar de forma rudimentar, com pouca ou nenhuma tecnologia, resultando em uma cultura de subsistência, de baixo valor agregado. O Programa Municipal de Apoio à Cadeia Produtiva da Caprinovinocultura (Procap), desenvolvido há 7 anos pela Prefeitura de Mossoró, procura mudar essa realidade. O Programa organizou a comercialização da carne e dos animais, capacitou pequenos produtores, valorizou a cultura local e tradicional e, mais recentemente, institucionalizou a experiência, por meio de parcerias e pelo aumento da participação dos pequenos produtores.

Seu objetivo é organizar a cadeia produtiva de caprinos e ovinos, cultura pecuária tradicional da região e adaptada ao clima semi-árido. Nesse período, os esforços se concentraram em inserir os pequenos agricultores familiares na cadeia produtiva, promovendo a capacitação, o incentivo ao associativismo e o acesso ao financiamento. Por outro lado, a iniciativa também procurou desenvolver e organizar a demanda pela produção, com estratégias de promoção comercial e cultural, agregação de valor e garantia de um mercado cativo para a carne de bode.

O Programa nasceu em 1997, quando pequenos produtores rurais e comerciantes improvisaram em um terreno baldio uma feira popular para vender e trocar bodes e cabras. Após intervenção da Prefeitura, a iniciativa transformou-se na Feira do Bode, um espaço com infra-estrutura mínima para a comercialização de animais. Os encontros ocorrem 2 vezes por semana e até 150 diferentes produtores expõem seus animais

ao longo do ano. Com a feira, a Prefeitura começou a identificar ações necessárias para organizar e dinamizar a cadeia produtiva.

Fóruns de desenvolvimento

Diversas parcerias apóiam o Procap. As atividades ligadas à demanda e à comercialização têm como parceiros o Banco do Nordeste, o Banco do Brasil e o Programa Nacional de Apóio à Agricultura Familiar (Pronaf). A capacitação técnica dos pequenos agricultores, visando melhorar o manejo do rebanho, vem sendo feita em parceria com o Sebrae, com a Escola Superior de Agricultura de Mossoró (Esam) e com a Fundação de Amparo à Geração de Emprego e Renda (Funger).

Outros parceiros importantes são as associações comunitárias, o Sindicato da Lavoura (sindicato dos trabalhadores rurais de Mossoró) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/RN). O Programa vem se beneficiando também da criação, nos últimos anos, de diversos fóruns de desenvolvimento local ou regional que buscam integrar ações e parceiros em torno de pólos produtivos e evitar sobreposição de esforços.

Busca-se aproveitar ao máximo os recursos financeiros, materiais e humanos de parceiros e fontes de financiamento. Nos últimos três anos, o total de recursos investidos pela Prefeitura foi praticamente o mesmo do investido por parceiros como o Sebrae e os ministérios que têm programas de capacitação e melhoria técnica da cadeia produtiva. A principal fonte de recursos vem de programas de financiamento.

Uma das prioridades atuais é a retirada de intermediários e atravessadores nos diversos pontos da cadeia produtiva. Ao fortalecer o papel dos atores públicos na cadeia e ao organizar o mercado, a Prefeitura ajuda a melhorar a renda dos agricultores, democratizar o acesso aos locais de comercialização, garantir a qualidade do produto final e evitar a evasão fiscal.

Menos governo e mais comunidade

Um passo importante que vem sendo dado é a realização do diagnóstico dos produtores rurais, organizado pela própria associação de criadores. A associação reúne hoje em torno de 100 sócios, incluindo pequenos e médios criadores, técnicos, comerciantes e associações comunitárias rurais.

O objetivo da associação é facilitar o encaminhamento de demandas do setor perante o poder público, valorizar e promover a caprinovinocultura, além de facilitar a capacitação de pequenos produtores. Com o fortalecimento dessa entidade, o futuro do Programa aponta para uma diminuição do papel da Prefeitura e uma atuação crescente por parte da comunidade e dos criadores organizados.

Durante os anos de desenvolvimento do Programa, ficou evidente a pequena participação comunitária. Esse baixo protagonismo comunitário tem suas raízes na falta de tradição e de cultura associativista da região. Tal dificuldade, apontada pelos gestores do programa como o principal obstáculo a seu desenvolvimento, fica patente nas comunidades e, sobretudo, nos assentamentos rurais. Todos os assentamentos são divididos em áreas privadas, de cada assentado, e uma área coletiva, onde cada um deveria trabalhar igualmente para sua manutenção. A prática cotidiana mostra forte tendência ao abandono ou pouco cuidado com a área coletiva.

Na expressão de vários entrevistados, o bode “teima” em crescer, mesmo sem cuidado e enfrentando condições adversas. Teima em se desenvolver e produzir leite, carne, renda e alívio para famílias carentes da região. O Procap parece ter adquirido tal característica e capacidade de resistência. Luta, porém, cada vez mais para que seu desenvolvimento seja menos fruto de “teimosia” e sim de planejamento, integração de esforços e cuidados constantes.

Município Digital

Piraí, RJ

INSTITUIÇÃO: Prefeitura Municipal de Piraí

CONTATO: Praça Getulio Vargas, s/n

Piraí/RJ - 27175-000

Fone: (24) 2431.2662 / Fax: (24) 2431.3139

Responsável: Franklin Dias Coelho

Site: www.pirai.rj.gov.br

E-mail: piraidigital@pirai.rj.gov.br

UMA CIDADE EM REDE

A PREFEITURA DE PIRAÍ (RJ) QUER ESTENDER PARA
TODA A COMUNIDADE O ACESSO ÀS TECNOLOGIAS
DE INFORMATIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO

O prefeito de Piraí (RJ), Luiz Fernando de Souza, lembra que ao assumir o cargo, em 1996, havia apenas duas linhas telefônicas e dois computadores à disposição da prefeitura. A reduzida informatização e a falta de recursos de comunicação estavam entre os fatores que limitavam o desenvolvimento do município, segundo o seu diagnóstico.

O Programa Piraí – Município Digital procura mudar essa realidade ao democratizar o acesso aos meios de informatização e comunicação, >>>

Desde a inauguração da rede, várias empresas têm procurado a Prefeitura, interessadas em se instalar no município

para com isso estimular novas possibilidades de desenvolvimento econômico e social. Apesar de ter sido lançado oficialmente em abril de 2002, o seu marco inicial é bem anterior a isso, pois antes mesmo da posse do prefeito já havia a percepção da necessidade de incorporar as novas tecnologias de comunicação e informação à gestão municipal.

No início de 1997, a Universidade de Brasília (UnB), com experiência no uso da informática na área governamental, foi convidada para elaborar o Plano Diretor de Informática, que contemplou a qualificação de cerca de 300 servidores municipais. Em 2001, o Programa de Desenvolvimento Local de Pirai recebeu o Prêmio Gestão Pública e Cidadania, o que ampliou as possibilidades de captação de novos recursos a fundo perdido.

Foi a partir desse impulso que a Prefeitura desenhou o Programa Pirai – Município Digital, encaminhando uma solicitação de financiamento ao BNDES. O foco da proposta era a área educacional e o custo para a implementação da rede foi estimado em R\$ 1,5 milhão. Previa-se a implantação de um sistema *wireless* (sem fio) – tecnologia para transmissão de dados que pode ser utilizada como alternativa para as redes cabeadas, permitindo a conexão entre equipamentos sem uma ligação física direta.

O BNDES recusou essa proposta, mas isso não diminuiu o interesse da equipe responsável pelo Programa, que conseguiu construir uma solução tecnológica mais barata e, ao mesmo tempo, mais adequada às características geográficas do município. Os distritos de Pirai são separados por vales e montanhas numa área de aproximadamente 506 km², o que encarece uma solução via cabo de rede. Optou-se, assim, por uma solução mista, segundo a qual a conexão de banda larga é feita por meio de um sistema híbrido com suporte *wireless* (Sistema SHSW).

Empresas e universidades

Um convênio entre a prefeitura e a Universidade Federal Fluminense

(UFF) resultou no desenvolvimento de um projeto para a rede educacional, envolvendo escolas, laboratórios e bibliotecas, interligando todos por meio de uma rede digital de dados. No entanto, a concepção de desenvolvimento local estimulou os gestores do Programa a ampliar para toda a população as possibilidades de acesso às novas tecnologias.

Para viabilizar a implantação do sistema, foram utilizados recursos que já haviam sido disponibilizados pelo BNDES, por meio do Programa de Modernização da Administração Tributária (PMAT). O financiamento seria usado para conectar as diversas secretarias municipais, mas descobriu-se que ele também poderia servir para integrar em rede as escolas e terminais públicos, sem que isso significasse o pedido de um novo aporte de recursos.

Essa mesma disposição para aproveitar ao máximo os recursos disponíveis animou a busca de parcerias. Evitando-se a dependência em relação às parcerias com empresas de telecomunicação, optou-se por utilizar a potencialidade local. As empresas que decidem instalar-se no município são convidadas a estender os seus esforços de adequação da infra-estrutura tecnológica às escolas, bibliotecas, telecentros comunitários e demais locais públicos do entorno. Além disso, a Prefeitura de Pirai construiu uma rede de parcerias com órgãos dos governos federal e estadual e com ONGs, como a Viva Rio e a Rede Rio.

O Programa recebe ainda o apoio de diversas empresas, como a Itaotec, o Banco Real e a cervejaria Cintra. Destaca-se, também, o suporte dado pelas universidades: UnB; UFF e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em 2003 foi inaugurada uma universidade a distância, a partir do consórcio das universidades públicas do estado do Rio de Janeiro – UFF, UFRJ e Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Com isso, surgiu uma alternativa de formação superior e de educação continuada a toda a população de Pirai.

Para ampliar a sensibilização dos gestores locais e da comunidade em

geral, criou-se em o Conselho da Cidade, que tem a função de acompanhar a execução do Plano Diretor da Cidade Digital. Participam do Conselho representantes do governo municipal, do Legislativo, do Judiciário, das associações de moradores, das ONGs, das universidades, das empresas concessionárias de serviços públicos, dos sindicatos e do setor industrial.

Produtores rurais

Enquanto grande parte das experiências de inclusão digital em desenvolvimento no Brasil faz a opção por um segmento específico da população, Piraí decidiu adotar uma proposta em que todos podem usufruir as novas tecnologias. Estão sendo colocados à disposição da população 25 mil e-mails gratuitos, mais do que o número de habitantes do município, que está em torno de 23 mil pessoas.

Na zona rural, os recursos tecnológicos possibilitam que os produtores tenham acesso a informações sobre canais de exportação, preço dos insumos, cotação dos seus produtos, etc. Nas escolas do município, professores e alunos experimentam as novas ferramentas com entusiasmo, utilizando-as, inclusive, para pesquisar sobre a história local. Com o ensino a distância e a educação continuada, abrem-se novas possibilidades de capacitação dos funcionários públicos, dos professores e de outros interessados.

A tecnologia também contribuiu para aumentar o interesse das empresas em se instalar no município. Várias delas têm procurado a Prefeitura desde a inauguração da rede. Na gestão municipal, a modernização estendeu-se da área tributária para outros órgãos e tornou mais transparente o uso do dinheiro público. Até o momento, foram implementados 21 pontos de acesso nas áreas administrativas, cobrindo 100% delas; 13 pontos de acesso na área educacional, representando a cobertura de 55%, e, na área de saúde, são cinco pontos de acesso, alcançando 33% de toda a rede municipal. Todos os equipamentos estão conectados à rede SHSW.

Programa de Geração de Trabalho e Renda

Chapecó, SC

INSTITUIÇÃO: Sec. Mun. de Assist. Social e Habitação

CONTATO: Rua Marechal Floriano Peixoto, 145 L

Chapecó/SC - 89801-010

Fone: (49) 321.8500 / Fax: (49) 321.8500

Responsável: Iraci de Andrade

Site: www.chapeco.sc.gov.br

E-mail: prefeitura@chapeco.sc.gov.br

Um caminho para A AUTONOMIA

A PREFEITURA DE CHAPECÓ (SC) PROCURA TIRAR
FAMÍLIAS DA POBREZA POR MEIO DA FORMAÇÃO
DE GRUPOS DE EMPREENDEDORES

Baseado na convicção de que não há desenvolvimento sem redução das desigualdades, o município de Chapecó (SC) executa desde 2002 um programa para tirar da pobreza famílias de baixa renda, dando-lhes condições para iniciar empreendimentos e se tornarem menos dependentes da ajuda do governo. O Programa de Geração de Trabalho e Renda atende essas famílias com benefícios oferecidos pela >>>

Durante a capacitação, realizam-se pesquisas para se descobrir qual a vocação do futuro empreendedor

Secretaria de Assistência Social e Habitação do município, insere-as em associações ou cooperativas e fornece capacitação profissional e educação formal.

A iniciativa surgiu de um grupo de trabalho constituído pela Prefeitura para discutir ações de combate à pobreza. Desse grupo surgiram grupos temáticos específicos, entre os quais, o de geração de trabalho e renda. Com a criação do Departamento de Trabalho e Renda, ligado à Secretaria de Assistência Social e Habitação, os programas de transferência de renda foram integrados aos de complementação alimentar, criando as condições para uma ação mais articulada e abrangente.

Além da insuficiência de renda, as famílias atendidas pelo Programa de Geração de Trabalho e Renda caracterizam-se por sua baixa qualificação profissional, péssimas condições de moradia, carência nutricional, falta de proteção previdenciária e subemprego. Para enfrentar essa situação, o Programa realiza cursos de capacitação em autogestão, cooperativismo e economia solidária. Durante a capacitação, realizam-se pesquisas para se descobrir qual a vocação do futuro empreendedor. Até o momento, foram oferecidos os seguintes cursos de capacitação: hortas, panificação, cabeleireiro e manicura, administrador do lar e marcenaria.

Box no "camelódromo"

Depois dos cursos, formam-se grupos de 15 pessoas, em média, para a formação dos empreendimentos. Dependendo do empreendimento, o aporte inicial de capital é feito pelo Banco do Povo (através do microcrédito), por recursos de um fundo federal ou por investimentos da iniciativa privada de Chapecó. O microcrédito é utilizado para o capital de giro, aquisição de materiais permanentes ou de materiais de consumo. O próprio Banco do Povo é o avalista do primeiro empréstimo de cada empreendimento, cobrando uma taxa de 2% ao mês.

Durante a formação do empreendimento e até o momento em que ele comece a gerar resultados financeiros a seus cotistas, a prefeitura recomenda que as pessoas mantenham sua atual fonte de rendimento, mesmo que esporádica. Os que não têm rendimento são incluídos no Programa de Renda Mínima, no Programa de Erradicação do Trabalho infantil (PETI) ou no Programa de Cesta Básica.

Por fim, para viabilizar a comercialização dos produtos, a Prefeitura de Chapecó disponibiliza pontos de venda na cidade. Para os artigos de artesanato, por exemplo, há um *box* no “camelódromo” do centro da cidade e para os produtos das hortas comunitárias foram conseguidos espaços na feira livre e um *box* no mercado municipal. Os próprios empreendedores pagam o aluguel desses espaços.

Os gestores do Programa realizam reuniões semanais com os grupos de empreendedores, para acompanhar as dificuldades cotidianas de cada projeto e para a motivação dos envolvidos. A Universidade do Oeste Catarinense (Unochapecó) e a Cooperativa dos Trabalhadores da Reforma Agrária em Santa Catarina (Cooptasc) também acompanham os grupos, a primeira na qualificação da mão-de-obra e na gestão de relações interpessoais, e a segunda na capacitação em organização social.

Fome Zero

Desde junho de 2002, iniciaram-se 16 empreendimentos, divididos em seis áreas de atuação: Mulheres, Hortas Comunitárias, Panificados, Serviços Gerais, Material Reciclável e Corte. O Programa procura fazer com que os empreendimentos atentem para os aspectos ambientais, para a organização social e para a questão de gênero.

Tendo atendido 750 pessoas (das quais 68% são mulheres), a Prefeitura de Chapecó afirma que a clientela potencial cadastrada é de 2.421 pessoas, mantendo-se a restrição de um beneficiário por família.

O Programa é implementado pelo Departamento de Geração de Trabalho e Renda da Secretaria de Assistência Social e Habitação do município, mas conta com a participação de outros departamentos da mesma Secretaria, bem como de outras secretarias municipais, como a de Desenvolvimento Econômico, a de Educação e a do Meio Ambiente. A experiência envolve as áreas de Habitação, da Mulher, o Programa de Renda Mínima, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), o Banco do Povo, o Movimento de Alfabetização de Adultos (MOVA) e a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Existem ainda parcerias com organizações não-governamentais, com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com a Fundação Banco do Brasil e com a Unochapecó.

Dessa forma, cumpre-se um dos objetivos do Departamento de Geração de Trabalho e Renda, que é “integrar as ações nesta área, instituindo-se também uma coordenação intersetorial, com o intuito de facilitar a articulação e gestão das políticas públicas”. Outra articulação importante envolve o Programa Fome Zero, do governo federal, que repassa uma verba de R\$ 600 mil para a compra da produção dos agricultores familiares. Essa produção é usada na merenda escolar e a compra beneficia diretamente 64 produtores agroindustriais.

Está prevista a criação de mais quatro empreendimentos: duas hortas, uma padaria e uma pequena indústria de produtos de limpeza. Com isso, a Prefeitura de Chapecó pretende atender a demanda reprimida de cinco regiões do município. Também faz parte dos planos a construção de um galpão, que funcionará como central de vendas dos produtos, além de agregar a administração dos empreendimentos.

O Programa ainda prevê um trabalho de marketing institucional para valorizar o consumo solidário e ajudar os empreendedores a impulsionar a venda de seus produtos. Outro projeto é a formação de uma base tecnológica para possibilitar o surgimento de incubadoras de cooperativas.

Turismo como Alternativa de Desenvolvimento do Semi-Árido

Cabaceiras, PB

INSTITUIÇÃO: Prefeitura Municipal de Cabaceiras

CONTATO: Rua Manoel Maracajá, 07

Cabaceiras/PB / 58480-000

Fones: (83) 356-1104 / (86) 356.1042

Fax: (86) 356.1040

Responsável: Márcia Cristina de Souza Truta

E-mail: pmcab@uol.com.br

Enxurrada DE EMPREGOS

O MUNICÍPIO ONDE MENOS CHOVE NO BRASIL
TRANSFORMOU ESSA CARACTERÍSTICA NUM
ATRATIVO TURÍSTICO E COLHE OS FRUTOS DE
UM BEM-SUCEDIDO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO

O título de cidade com menor índice pluviométrico do Brasil, ao contrário do que se poderia imaginar, vem ajudando a pequena Cabaceiras (PB). No meio do lajedo que se espalha na paisagem de um escaldante sol nordestino, diversos turistas, inclusive estrangeiros, desembarcam com grande curiosidade. As atrações são muitas. Na zona rural, sítios arqueológicos escondidos entre os lajedos transformam o lugar num dos mais >>>

Cabaceiras foi cenário para a minissérie
"O Auto da Compadecida", da Rede Globo,
que projetou o município em âmbito nacional

importantes pontos de estudos arqueológicos do país. Na cidade, decorada com sobrados do início do século passado, a invasão turística é justificada pela existência de museus e por uma festa, que há alguns anos vem mudando a imagem do Cariri paraibano, bem como da sua população.

As discussões sobre o turismo em Cabaceiras iniciaram-se com as ações de um empreendedor, cuja fazenda tem uma formação geológica muito peculiar. Trata-se de um platô de granito, que ocupa 5 km² e tem 1,5 km de extensão. Nele encontram-se cerca de 70 matacões (rochas soltas que tiveram suas formas esculpidas pela erosão), com até 12 metros de altura. Além disso, há pinturas pré-históricas, com formas de pequenas mãos que, segundo o guia Paulo de Carvalho, têm de 1.500 a 7.000 anos e representam "um ritual de passagem indígena para a idade adulta". Apresenta também marcas de um tempo mais recente, que são muretas de pedras, fechando as passagens de vento: a lenda diz que os cangaceiros usavam este lugar para se abrigar.

As rochas de Cabaceiras eram exploradas para extração de granito, sem a preocupação com o meio ambiente, até que um agente de turismo, amigo dos proprietários da fazenda, apontou o potencial turístico da propriedade. Outro fator que colaborou muito para divulgar a cidade como um atrativo turístico foi o fato de Cabaceiras ter sido o cenário das gravações de seis produções cinematográficas, com destaque para o "Auto da Compadecida" da Rede Globo de Televisão, que projetou o município em âmbito nacional.

Festa do Bode

Aproveitando tais oportunidades, a prefeitura criou o Programa de Turismo do Município, que busca desenvolver o potencial turístico de Cabaceiras como forma de gerar emprego e renda. A prefeitura resgatou festas populares tradicionais, como os festejos juninos, criou eventos, como a Semana Cultural e a "Festa do Bode Rei", e implantou o Museu Histórico

e Cultural do Cariri Paraibano. Tem apoiado as mais diversas formas de manifestação que contribuem para a promoção do município. Até o próprio fato de Cabaceiras ser conhecido como o lugar que chove menos no Brasil passou a ser aproveitado turisticamente.

A “Festa do Bode Rei” recria o cenário de antigos castelos, com muralhas reais, praça e a residência de sua majestade, o bode. Durante o evento também acontece o desfile da “comitiva real”, composta pelo “Bode Rei”, “Cabra Rainha”, príncipe e princesa nas principais ruas da cidade. O bode é coroado como rei dos animais do Cariri por sua importância na economia da região e pela sua capacidade de resistência e adaptação à seca. A cidade possui o terceiro maior rebanho da Paraíba, com cerca de 20 mil cabeças, distribuídas por cerca de 400 caprinocultores. A festa se constitui num grande festival de animais, produtos, serviços e cultura ligados ao mundo dos caprinos e ovinos que atrai turistas da Paraíba, de outros estados e até do exterior. Para se ter uma idéia da importância desse evento, basta mencionar que a cidade, com menos de 5 mil habitantes, recebe 40 mil visitantes em apenas uma semana.

A Prefeitura de Cabaceiras também firmou um conjunto de parcerias para promover cursos, palestras e treinamentos, a fim de promover a capacitação empreendedora dos envolvidos com a atividade turística, bem como conscientizar a comunidade local. Um importante programa de capacitação é o Programa Turismo na Escola, realizado em parceria com o Sebrae. O turismo entra de diversas formas no currículo das escolas do município, que trabalham aspectos da história, cultura e meio ambiente local. Alunos da oitava série de uma das escolas produziram até um “vocabodário”, a partir de uma pesquisa sobre expressões populares típicas da cultura de caprinos.

Para o fortalecimento do turismo em Cabaceiras, o poder público criou pontos de comercialização do artesanato e incentivou a abertura de

outros. Em parceria com o Sebrae, a prefeitura está montando um centro de qualificação profissional para artesãos que utilizam o couro como matéria-prima (principalmente o couro do bode). Tais artesãos ainda recebem apoio para participar de feiras regionais e nacionais. Artistas regionais são incentivados financeiramente a produzir seus trabalhos, como cd's, livros, cordéis, esculturas, etc.

Depois de ter apoiado o surgimento do Hotel Fazenda Pai Mateus e da Pousada Rancho da Ema, a Prefeitura de Cabaceiras está incentivando a criação de um novo equipamento de hospedagem – a Fazenda Rural Santa Terezinha.

Estrangeiros no sertão

Como resultado de tais iniciativas, Cabaceiras é hoje reconhecido pela Embratur como Município de Potencial Turístico do Brasil. Na Paraíba, menos de vinte municípios contam com tal reconhecimento. A partir de 2001, o município passou a receber mais turistas estrangeiros do que a capital do estado. A reserva ecológica Pai Mateus é o principal atrativo para esse fluxo turístico.

A partir da divulgação do Lajedo do Pai Mateus, as autoridades se deram conta de que esta região necessitaria de um programa para sua preservação e atualmente o município está pleiteando integrar o Lajedo a uma Área de Proteção Ambiental (APA). O investimento em turismo nesse local propiciou a mudança de comportamento em relação aos recursos naturais, com o abandono da exploração predatória.

Os empreendimentos criados em torno do turismo, como hotéis, pousadas, bares, restaurantes e lojas de artesanato, geram mais de 100 empregos diretos e cerca de 400 indiretos. Eventos como a “Festa do Bode Rei”, a Semana de Cultura, as Festas Juninas e a Festa Religiosa de São Bento empregam mais 300 pessoas em ocupações temporárias. É uma enxurrada de empregos na cidade conhecida pela falta de chuvas.

Programa Desenvolvimento
Florestal Sustentável
na Amazônia Brasileira -
Floresta Estadual do Antimary

Estado do Acre

INSTITUIÇÃO: Fundação de Tecnologia
do Estado do Acre - FUNTAC

CONTATO: Av. Acácias, lote 1, zona A, Dist. Ind.
Rio Branco/AC - 69917-100

Fones: (68) 229.2304 / Fax: (68) 299.1665

Responsável: João César Dotto

Site: www.ac.gov.br

E-mail: gabinete.funtac@ac.gov.br

Lucros da BIODIVERSIDADE

PROGRAMA DE MANEJO SUSTENTÁVEL NA
AMAZÔNIA MOSTRA COMO PRESERVAR A FLORESTA
E GERAR RENDA PARA A COMUNIDADE LOCAL

O modelo tradicional de exploração dos recursos naturais da Amazônia visa a extração de um único produto em vastas áreas, com a imposição de preços e condições de trabalho desfavoráveis aos trabalhadores da floresta. O comércio de produtos amazônicos, como a castanha-do-brasil, o açaí e a borracha, é controlado por poucas empresas. No caso da borracha, há também o problema da perda de espaço no mercado internacional, devido à concorrência dos seringais do Leste >>>

Asiático. A atividade seringalista da Amazônia deu lugar à extração madeireira predatória, à criação de gado e ao plantio da soja.

Mas uma silenciosa transformação está acontecendo em diversas áreas da região, mudando o paradigma de exploração dos seus recursos. No final da década de 80, o governo do Acre e a International Tropical Timber Organization (ITTO), uma organização intergovernamental criada pela ONU e sediada no Japão, assinaram um convênio para promover o manejo sustentável dos recursos da floresta amazônica. Esse convênio deu origem ao Programa de Desenvolvimento Florestal Sustentável na Amazônia Brasileira. Para a implementação do convênio foi criada, em 1988, a Floresta Estadual do Antimary, no município de Bujari, próximo a Rio Branco. Em cerca de 77 mil hectares, a Floresta do Antimary abriga 383 pessoas, a maioria seringueiros.

O fim do aviamento

Além do manejo florestal, o Programa visa promover a participação dos povos tradicionais da floresta na busca de um novo modelo de utilização do solo. Pretende-se priorizar a agregação de valor aos produtos florestais e o uso sustentável dos recursos. Trata-se de um programa piloto, considerado como um dos possíveis modelos de exploração florestal que podem vir a ser replicados em outras áreas do estado.

O Programa se organiza em torno do manejo sustentável de produtos madeireiros e não-madeireiros. Em relação aos não-madeireiros, o principal mérito da experiência foi romper o sistema de aviamento, que mantinha os seringueiros numa espécie de semi-escavidão. Eles dependiam dos patrões tanto para o fornecimento dos alimentos e de outros artigos necessários à sobrevivência na floresta, quanto para o comércio do látex. Os patrões seringalistas pagavam preços aviltantes pelo látex extraído e cobravam caro pelos produtos fornecidos.

A libertação do sistema de aviamento foi possibilitada pela organiza-

ção social das famílias do Antimary, que criaram uma cooperativa. Agora os seringueiros compram da cooperativa os produtos de que necessitam, pagando um terço do que pagavam aos antigos patrões. Além disso, os preços da borracha se valorizaram, graças ao fim do monopólio regional e ao desenvolvimento de novas técnicas produtivas.

Outros produtos também geram renda para a comunidade do Antimary, com destaque para a castanha-do-brasil. Está em construção um projeto para a exploração de espécies vegetais como a quina e a copaíba, usadas para a produção de fitoterápicos.

Extração da madeira

É a exploração dos produtos madeireiros, entretanto, que pode provocar uma verdadeira revolução na vida da comunidade. A Secretaria Estadual de Florestas estima que o Acre possa gerar riquezas anuais da ordem de US\$ 1 bilhão somente com a exploração da madeira.

No Antimary, a extração da madeira é feita por um consórcio de empresas, que participaram de uma licitação do governo estadual. A licitação incluiu uma série de exigências para garantir que a atividade seja sustentável, a começar pela ampliação do número de espécies exploradas, a fim de se evitar a extinção de qualquer uma delas. Há também normas específicas para a derrubada e o transporte, de modo a preservar o máximo possível de cobertura vegetal.

O trabalho inclui um mapeamento via GPS da área a ser explorada e um detalhado levantamento das árvores existentes. Espécies em risco de extinção ou situadas em área de manancial são automaticamente poupadas. O processo de corte é diferente do convencional, a fim de causar o menor dano possível à floresta.

O monitoramento ambiental, realizado com base em grupos de controle, permite a mensuração do impacto nas áreas exploradas em termos de biodiversidade, quantidade e qualidade da cobertura florestal. Também se faz

um acompanhamento da presença de animais, que costumam evitar áreas de grande impacto ambiental. Além de buscar a minimização dos danos, o monitoramento constitui uma estratégia para refinar as técnicas de manejo, trazendo informações que podem promover o aumento da produtividade.

A produtividade das áreas manejadas é superior à da exploração madeireira convencional, mesmo se contabilizados os gastos com planejamento. Isso se deve à ampliação do número de espécies exploradas e aos ganhos de escala trazidos pelo planejamento, tanto na utilização dos insumos quanto no investimento em maquinário e pessoal.

Outra vantagem é que, com o manejo sustentável, amplia-se indefinidamente o uso das áreas exploradas, seja pela diversificação do mercado de madeira, seja pela renovação constante da cobertura vegetal. A técnica ainda permite que as áreas exploradas possam ser novamente utilizadas em um prazo de dez a trinta anos.

Por meio do Projeto Promanejo, da Fundação de Tecnologia do Estado do Acre (FUNTAC), estudantes e professores da Universidade Federal do Acre, assim como de instituições bolivianas e peruanas, são treinados em técnicas de manejo madeireiro de impacto florestal reduzido. Esse projeto conta com o apoio de empresários do setor madeireiro.

Os benefícios ecológicos do manejo sustentável para a floresta se somam aos avanços sociais. A renda da comunidade do Antimary aumentou, graças ao fim do sistema de aviamento, à exploração de novos produtos florestais e aos recursos gerados pelo modelo de extração da madeira. Somente a extração madeireira sustentável praticamente dobrou a renda *per capita* dos moradores.

A comunidade se beneficiou ainda com a ampliação do acesso a serviços e direitos básicos, como saúde, moradia e educação. Como resultado, as taxas de analfabetismo foram significativamente reduzidas, assim como a incidência de endemias tropicais.

PROGRAMA LEGISLATIVO
INTERATIVO E PARTICIPATIVO



Programa Legislativo Interativo e Participativo

Santa Terezinha, MT

INSTITUIÇÃO: Câmara Mun. de Santa Terezinha

CONTATO: Rua 23, s/n - Santa Terezinha/MT

78650.000 - Fones: (66) 558.1254 /

(66) 558.1388 / Fax: (66) 558.1414

Responsável: Dagmar Aparecida Teodoro Gatti

E-mail: cm.stz@primeisp.com.br

NO MEIO DO POVO

DEPOIS DE AFASTAR UM PREFEITO CORRUPTO, OS
VEREADORES DE SANTA TEREZINHA DÃO
UM EXEMPLO DE COMO SERVIR À POPULAÇÃO

Entre 1997 e 2000, o município de Santa Terezinha (MT) sofreu com uma administração marcada por clientelismo, corrupção e desmandos. Na tentativa de reverter esse quadro, a população elegeu um novo prefeito, mas ele manteve a conduta de seu antecessor, conduzindo o município a uma situação ainda pior e insustentável.

Em 2001, motivada pela denúncia de um morador, a Câmara dos Vereadores >>>

A idéia é ouvir a população nas próprias comunidades, algumas delas localizadas a mais de uma hora de carro do centro urbano

dores criou uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades administrativas do Poder Executivo. As investigações comprovaram a contratação de serviços sem licitação, a realização de serviços em área particular com recursos públicos, a emissão de cheques sem fundo, o atraso em mais de seis meses no pagamento dos salários dos servidores, a sonegação de informações e o afastamento irregular dos conselheiros do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente. O processo culminou com a cassação do prefeito Reginaldo Honorato de Amorin (PSDB), em 2002, num movimento que contou com grande participação popular, inclusive protegendo vereadores ameaçados de morte por pistoleiros e pessoas de confiança do então prefeito.

Em meio a esse quadro de instabilidade política, grave crise financeira e participação ativa da população nasceu o Programa Legislativo Interativo e Participativo de Santa Terezinha. O Programa surgiu a partir da iniciativa de quatro vereadores que, nos primeiros meses de mandato, resolveram levar ao conhecimento da população as matérias em discussão, incentivando os munícipes a se interessar pelo debate sobre as questões municipais.

Sessões na zona rural

Aproveitando o momento de forte mobilização da sociedade, a Câmara de Vereadores começou a realizar uma série de ações para esclarecer a população sobre as atribuições do Legislativo Municipal e para tornar seu funcionamento mais democrático e transparente. Entre as ações mais importantes e inovadoras, estão as Sessões Ordinárias na zona rural. A idéia é que os vereadores possam ouvir a população nas próprias comunidades, algumas delas localizadas a mais de uma hora de carro do centro urbano do município. Além disso, as sessões na zona rural possibilitam que os vereadores fiscalizem melhor a atuação do Poder Executivo – a situação das estradas e das escolas, por exemplo.

As sessões contaram com participação intensa da comunidade e a presença de todos os vereadores. Como a realização de Sessões Ordinárias fora

da sede do Legislativo não está prevista no seu Regimento Interno, até agora tem sido necessário obter, para cada sessão, autorização do juiz da comarca (sediada no município vizinho de Vila Rica, a cerca de 150 km).

A população é convidada para as sessões através de carro de som, convites entregues aos alunos da rede municipal e faixas colocadas em lugares públicos. Lideranças populares e setores organizados da sociedade também são convidados e desempenham um papel importante no diálogo entre os vereadores e o restante da população. Foi instituído durante a sessão o espaço "Palavra Livre", uma oportunidade para os moradores fazerem perguntas aos vereadores, proporem idéias, expressarem demandas e fazerem reivindicações.

A Prefeitura fornece um ônibus escolar para transportar os moradores e cede os espaços onde se realizam as sessões (geralmente escolas públicas). Com grande esforço e economia de recursos, a Câmara também comprou um automóvel para transportar os vereadores e funcionários até as localidades rurais.

Investimento em tecnologia

Outra iniciativa da Câmara Municipal foi a organização das Conferências Municipais, em parceria com a Prefeitura e a sociedade civil organizada. Na área urbana foram realizadas: a Conferência das Cidades, a Conferência da Saúde e a Conferência Infanto-Juvenil e de Meio Ambiente. Esta última também foi feita numa das aldeias indígenas do município.

As Conferências tiveram ampla participação de movimentos sociais, conselhos municipais, sindicato de trabalhadores rurais, associações de moradores, igrejas evangélicas e demais setores organizados da sociedade. A Prefeitura apoiou a iniciativa disponibilizando espaços físicos, ônibus para transporte dos participantes e alimentação.

Além de motivar a participação política, tais ações trouxeram outros benefícios a Santa Terezinha. O município não tem jornais e nem mesmo uma rádio comunitária, e para a maioria da população a energia elétrica fica disponível ape-

nas em algumas horas do dia, fornecida por geradores a óleo diesel. O sistema de telefonia é tão precário que impossibilita o acesso à internet. Nesse contexto, o Legislativo municipal teve de se modernizar para atender suas novas necessidades e buscar soluções para problemas que a população enfrentava há vários anos.

A Câmara investiu em computadores, comprou uma antena de acesso à internet via rádio e contratou mais funcionários, que receberam um treinamento para utilizar a nova tecnologia. Parte da transformação foi possível graças a um convênio com o Programa Interlegis, desenvolvido pelo Congresso Nacional, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para modernizar e integrar o Legislativo nos seus níveis federal, estadual e municipal. O Programa também busca promover a transparência e a interação desse Poder com a sociedade, por meio da tecnologia de informação.

A partir desses investimentos, a Câmara de Santa Terezinha modernizou seus processos e digitalizou seus documentos, passando a ser informada com agilidade sobre mudanças na legislação estadual e federal e a acessar notícias de interesse da população. Recebendo leis e documentos pelo correio eletrônico, a Câmara distribui cópias para os interessados, como o sindicato e as associações de produtores rurais. Assim acontece, por exemplo, com as informações sobre os prazos e exigências do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf).

No passado, muitas pessoas e entidades deixavam de participar de programas estaduais e federais por falta de orientação, que agora é prestada pela Câmara Municipal. A regularização de dados cadastrais no INSS e o acompanhamento dos pagamentos de aposentados também são serviços bastante procurados, e a Câmara tem um computador dedicado apenas a este trabalho. Além disso, a melhoria de escolas, a visita de dentistas e médicos – que foram reivindicações da população para os vereadores – foram atendidas pela Prefeitura de maneira bem mais rápida, bastando um ofício da Câmara cobrando providências.

Equipe do Programa Gestão Pública e Cidadania

COORDENAÇÃO ACADÊMICA

Peter Spink (Diretor)
Marta Ferreira Santos Farah
(Vice-Diretora)
Fernando Guilherme Tenório
Ilka Camarotti
Ricardo Bresler

COORDENADORA ADMINISTRATIVA

Fabiana Paschoal Sanches de Moura

SECRETÁRIA DO PROGRAMA

Marlei de Oliveira

ASSISTENTE ADMINISTRATIVA

Rosa Maria de Lima e Silva

PESQUISADORES

Cibele Franzese
Fernanda Martinez de Oliveira
Jacqueline Isaac Machado Brigagão
Janaina Valéria de Mattos
Líliã Asuca Sumiya
Marco Antonio Carvalho Teixeira
Otávio Prado
Sílvia Craveiro

DISSEMINAÇÃO

Carla Coelho Ribeiro
Hélio Batista Barboza

MONITORES ACADÊMICOS

Estêvão Passos Eller
Nathalie Perret

COLABORADORES

Melissa Godoy
Daniela P. Sanches

COMITÊ TÉCNICO

Agende - Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento

Marlene Libardoni

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

Isis Pagy

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB)

Paulo Pankararu

Escola de Governo / Fundação João Pinheiro

Laura da Veiga

Fundação Ford

Ana Toni

Geledes - Instituto da Mulher Negra

Eliana Custódio

Instituto Socioambiental (ISA)

Beto Ricardo

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA / UFPA)

Edna M. Ramos de Castro

Núcleo de Estudos da Violência - USP

Nancy Cardia

Pólis - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais

Silvio Caccia Bava

Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo (Procam-USP) / Faculdade de Educação - USP

Pedro Jacobi

Equipe do Programa Gestão Pública e Cidadania

Universidade Federal da Bahia / Núcleo de Pós-Graduação em Administração (NPGA/EA - UFBA)

José Antonio Gomes de Pinho

Universidade Federal da Paraíba/ Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA/ UFPB)

Humberto Marques Filho

Universidade Federal do Rio Grande do Sul / Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA/ UFRS)

Luis Roque Klering

Projeto Oficina Boraceia

Janaína Simões

Projeto Masculinidades e Cidadania

Janaína Mattos e Mary Cheng

Ação Comunitária em Arte e Ofício

Antônio Faria

Sesamar/Caps Araçuaí

Jacqueline I. Machado Brigagão

Programa Estadual de Prevenção e Combate à Violência contra a Mulher

Rita de Cássia Bento Barboza

Escola Profissionalizante Raimunda da Silva Soares

Lilia Asuca Sumiya e
Maria Fernanda Alessio

Projeto Crescer

Silvia Salgado

Programa Municipal de Apoio à Cadeia Produtiva da Caprinovincultura

Fernando Nogueira

Município Digital

Edson Sadao

Programa Geração de Trabalho e Renda

Fernanda Teles de Lima

Turismo como Alternativa de Desenvolvimento do Semi-Árido

José Luiz Dutra

Programa Desenvolvimento Florestal Sustentável na Amazônia Brasileira

Luis Mário Fujiwara e
Estêvão Passos Eller

Programa Legislativo Interativo e Participativo

Rafael D'Almeida Martins

102

103

VISITAS DE CAMPO

Organização Sócio-Política do Povo Xukuru

Pedro Paulo Piani

Programa Coleta Seletiva Londrina "Reciclando Vidas"

Gina Rizpah Besem

Projeto Produção Limpa

Fernando Monteiro

Escola do Campo

Hironobu Sano e Juliana Speranza

Lei Municipal de Tombamento

Antônio Sérgio de Araújo Fernandes

Cheque Moradia

Guilherme Henrique de Paula e Silva

Programa Formação Intercultural Diferenciada e Bilingue de Professores Indígenas

Silvia Craveiro e Nathalie Perret

CADERNOS GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA

Volume 1: A Administração Pública Brasileira Inovando a Forma de Governar: apresentação dos 629 programas inscritos no Ciclo de Premiação 1996 – Ricardo Ernesto Vasquez Beltrão (org.), 1997.

Volume 2: Criação do Capital Social: o caso da Asmare – Pedro Jacobi e Marco Antonio Carvalho Teixeira, 1997.

Volume 3: Desafio e Inovação em Políticas Públicas: programas para crianças e adolescentes em situação de risco – Laura Veiga, Bruno Lazarotti Diniz Costa e Carla Bronzo Ladeira Carneiro, 1997.

Volume 4: Governo Local e Novas Formas de Provisão e Gestão de Serviços Públicos no Brasil – Marta Ferreira Santos Farah, 1997.

Volume 5: Gestão Pública em Busca de Cidadania: experiências de inovação em Salvador – José Antônio Gomes de Pinho, Mercejane Santana e Sonia Cerqueira, 1997.

Volume 6: Estudo Comparativo de Resultados Alcançados por Programas na Área de Saúde – Humberto Marques Filho, 1997.

Volume 7: Gestão Pública e Cidadania: metodologias participativas em ação – Fernando Guilherme Tenório e Jacob E. Rozenberg, 1997

Volume 8: A Administração Pública Brasileira Inovando a Forma de Governar: apresentação dos 297 programas inscritos no Ciclo de Premiação 1997 – Ricardo Ernesto Vasquez Beltrão (org.), 1997.

Volume 9: Avaliação da Importância de Atributos de Projetos de Desenvolvimento Inovadores – Luis Roque Klering, Roberto Costa Fachin e Zilá Mesquita, 1997.

Volume 10: Relatório sobre as Experiências Semifinalistas do Programa Gestão Pública e Cidadania - Ciclo de Premiação 1997 – Fernando Guilherme Tenório e Augusto P. G. Cunha, 1997.

Volume 11: PROVE: uma experiência de implantação de microempresas agroindustriais – Humberto Marques Filho e Dilma Maria Guedes, 1998.

Volume 12: A Administração Pública Brasileira Inovando a Forma de Governar: apresentação dos 631 programas inscritos no Ciclo de Premiação 1998 – Ricardo Ernesto Vasquez Beltrão, Carlos Eduardo Evangelisti Mauro e Patrícia Laczynski (org.), 1999.

Volume 13: Programas para Crianças e Adolescentes em Situação de Risco: a complexidade do objeto e a dimensão institucional – Bruno Lazarotti Diniz Costa, Carla Bronzo Ladeira Carneiro e Carlos Aurélio Pimenta de Faria, 1999.

Volume 14: Uma Releitura dos Programas Selecionados nos Ciclos de Premiação de 1996 e 1997 – Humberto Marques Filho e André Luiz Felisberto, 1999.

Volume 15: A Sociedade é Protagonista na Relação com o Estado? – Fernando Guilherme Tenório e Gylcilene Ribeiro Storino, 2000.

Volume 16: A Administração Pública Brasileira Inovando a Forma de Governar: apresentação dos 888 programas inscritos no Ciclo de Premiação 1999 – Patrícia Laczynski, Sabrina Addison Baracchini e Ricardo Ernesto Vasquez Beltrão (org.), 2000.

Volume 17: The Rights Approach to Subnational Government: the experience of the public management and citizenship program – Peter Spink, 2000.

Volume 18: Parcerias, Novos Arranjos Institucionais e Políticas Públicas Locais – Marta Ferreira Santos Farah, 2000.

Volume 19: A Administração Pública Brasileira Inovando a Forma de Governar: apresentação dos 946 programas inscritos no Ciclo de Premiação 2000 – Marta Ferreira Santos Farah, Patrícia Laczynski, Paulo Jábali Júnior e Odélio Rodarte Arouca Filho (orgs.), 2000.

Volume 20: O Governo Municipal no Brasil: construindo uma nova agenda política na década de 90 – José Antônio Gomes de Pinho e Mercejane Wanderley Santana, 2000.

Volume 21: A Administração Pública Brasileira Inovando a Forma de Governar: apresentação dos

Publicações

727 programas inscritos no Ciclo de Premiação 2001 – Peter Spink, Patricia Laczynski e Francine Lemos Arouca (orgs.), 2002.

Volume 22: A Administração Pública Brasileira Inovando a Forma de Governar: apresentação dos 981 programas inscritos no Ciclo de Premiação 2002 – Peter Spink, Francine Lemos Arouca e Marco Antônio Carvalho Teixeira (orgs.), 2003.

Volume 23: Informação, transparência e cidadania - o controle da execução orçamentária pelo cidadão – Peter Spink, 2003

Volume 24: Projeto Saúde e Alegria: um ensaio crítico – Mônica Mazzer Barroso, 2003.

Volume 25: The Brazilian Public Management and Citizenship Program: an Overview – Marta Farah e Peter Spink, 2003.

Volume 26: Estudo da Continuidade dos Projetos Educacionais do Município de Icapuí – Gabriela Lotta e Rafael Martins, 2003.

Volume 27: Análise da atuação institucional do Poder Judiciário e de agentes afins – Daniel Strauss, 2003.

Volume 28: Exclusão social e políticas públicas: algumas reflexões a partir das experiências descritas no Programa Gestão Pública e Cidadania – Carla Bronzo Ladeira Carneiro e Bruno Lazarotti Diniz Costa, 2003.

Volume 29: Tributação e política fiscal no nível municipal um estudo de caso: o programa de fortalecimento financeiro do Município de Vitória da Conquista – Fernanda Telles de Lima e Sílvia Craveiro, 2003.

Volume 30: Análise dos Projetos da Área Legislativa inscritos no Programa Gestão Pública e Cidadania – Fernando Machado, 2003.

Volume 31: Mitos e Realidades sobre a Inclusão Social: Participação Cidadã e Desenvolvimento Local – Sílvia Caccia Bava, 2003.

Volume 32: Innovations in Government from around the World – Peter Spink e Jacqueline Brigagão, 2003.

Volume 33: A Administração Pública Brasileira Inovando a Forma de Governar: apresentação dos

1156 programas inscritos no Ciclo de Premiação 2003 – Peter Spink, Lília Asuca Sumiya, Marco Antônio Carvalho Teixeira e Paula Maciel Pedroti (orgs.), 2003.

Volume 34: Disseminação de Experiências de Gestão Pública - O Caso do Programa de Renda Mínima no Brasil (1991-1997). Verônica Paulics 2004.

Volume 35: Inovação na Gestão Municipal no Brasil: A Voz dos Gestores Municipais. José Antonio Gomes de Pinho 2004.

Volume 36: Políticas Sociais e Descentralização na América Latina I. Dagmar Raczynski, Claudia Serrano, Juan Fernández, Maria Adelaida Farah O., Edelmira Pérez C. , César Ortiz G. 2004.

Volume 37: Políticas Sociais e Descentralização na América Latina II. Cabrero E, Joseph J, Ricci J.L. 2004.

Volume 38: A Influência do FUNDEF no processo de municipalização do Ensino Fundamental no Estado de São Paulo. Patricia Lacynsky 2004.

Volume 39: Agenda internacional de gestão urbana e o caso do Programa Ribeira Azul. Antonio Sérgio Araujo Fernandes 2004.

Volume 40: Negociação Política e interação Executivo Legislativo: A gestão Maluf no governo da cidade de São Paulo (1993 – 1996). Marco Antonio Teixeira. 2004

Volume 41: Innovations in Government from around the World. Peter Spink, Jacqueline Brigagão. 2004

OUTRAS PUBLICAÇÕES

20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania. SPINK, Peter e CLEMENTE, Roberta (org.). Estudo das 20 experiências finalistas do ciclo de premiação 1996.

20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania. FUJIWARA, Luis Mario, ALESSIO, Nelson Luiz Nouvel e FARAH, Marta Ferreira Santos (org.). Estudo das 20 experiências finalistas do ciclo de premiação 1997.

20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania - 1998. FUJIWARA, Luis Mario, ALESSIO, Nelson Luiz Nouvel e FARAHA, Marta Ferreira Santos (orgs.). Estudo das 20 experiências finalistas do ciclo de premiação 1998.

Novas Experiências de Gestão Pública e Cidadania. FARAHA, Marta Ferreira Santos e BARBOZA, Hélio Batista (orgs.). Estudo das 20 experiências finalistas do ciclo de premiação 1999.

20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania – Ciclo de Premiação 2000. FARAHA, Marta Ferreira Santos e BARBOZA, Hélio Batista (orgs.). Estudo das 20 experiências finalistas do ciclo de premiação 2000.

20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania – Ciclo de Premiação 2001. SPINK, PETER e BARBOZA, Hélio Batista (orgs.). Estudo das 20 experiências finalistas do ciclo de premiação 2001.

20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania – Ciclo de Premiação 2002. LOTTA, Gabriela Spanghero; BARBOZA, Hélio Batista; TEIXEIRA, Marco Antonio e PINTO, Verena (orgs.). Estudo das 20 experiências finalistas do ciclo de premiação 2002.

Descobrimo o Brasil Cidadão – 1999. FARAHA, Marta Ferreira Santos, SOARES, Ana Paula Macedo, BARBOZA, Hélio Batista Barboza e FUJIWARA, Luis Mário. Descrição das 20 experiências finalistas do ciclo de premiação 1999.

Histórias de um Brasil que Funciona - 2000. FARAHA, Marta Ferreira Santos, BARBOZA, Hélio Batista Barboza e FUJIWARA, Luis Mário. Descrição das 20 experiências finalistas do ciclo de premiação 2000.

Histórias de um Brasil que Funciona - 2001. SPINK, Peter e BARBOZA, Hélio Batista Barboza. Descrição das 20 experiências finalistas do ciclo de premiação 2001.

Histórias de um Brasil que Funciona - 2002. SPINK, Peter e BARBOZA, Hélio Batista Barboza. Descrição das 20 experiências finalistas do ciclo de premiação 2002.

Histórias de um Brasil que Funciona - 2003. SPINK, Peter e BARBOZA, Hélio Batista Barboza. Descrição das 20 experiências finalistas do ciclo de premiação 2003.

Innovative Stories: Indigenous experiences in Brazil, Chile and México – 2003. Programa Gestão Pública e Cidadania. Livro temático sobre os indígenas

PUBLICAÇÕES PRÁTICAS PÚBLICAS E POBREZA

Estratégias Locais para Redução da Pobreza: Construindo a Cidadania. CAMAROTTI, Ilka e SPINK, Peter (orgs.). Relatório final do ciclo de oficinas realizados em 1998 e 1999 pelo Projeto Práticas Públicas e Pobreza.

Parcerias e Pobreza: Soluções Locais na Construção de Relações Socioeconômicas. CAMAROTTI, Ilka e SPINK, Peter (orgs.). Estudo de 5 entre as 10 experiências escolhidas em 1999 pelo Projeto Práticas Públicas e Pobreza.

Parcerias e Pobreza: Soluções Locais na Implementação de Políticas Sociais. CAMAROTTI, Ilka e SPINK, Peter (orgs.). Estudo de 5 entre as 10 experiências escolhidas em 1999 pelo Projeto Práticas Públicas e Pobreza.

Redução da Pobreza e Dinâmicas Locais. CAMAROTTI, Ilka e SPINK, Peter (orgs.). Estudo de 10 experiências escolhidas em 2000 pelo Projeto Práticas Públicas e Pobreza.

Estratégias Locais para Redução da Pobreza: Construindo a Cidadania. CAMAROTTI, Ilka e SPINK, Peter (orgs.). Apresentação de experiências e debates do ciclo de oficinas realizado em 1998 e 1999 pelo Projeto Práticas Públicas e Pobreza. 2ª Edição, 2003.

O que as empresas podem fazer pela erradicação da pobreza. CAMAROTTI, Ilka e SPINK, Peter (orgs.). Análise do conceito de pobreza, dados numéricos sobre a situação brasileira e propostas de como erradicá-la. Realizado em parceria com o Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial.

Governo local e desigualdades de gênero. CAMAROTTI, Ilka e SPINK, Peter (orgs.). Reúne experiências apresentadas no fórum de discussão Governo Local e Desigualdades de Gênero, realizado nos dias 10 e 11 de junho de 2002, em São Paulo. Editora Annablume. Edição bilingüe (português e espanhol).

Publicações

Estratégias para Redução da Pobreza: Caminhos de Ação. CAMAROTTI, Ilka e SPINK, Peter. Texto elaborado para o fórum de discussão "práticas locais na redução da pobreza: governança e sustentabilidade", realizado em Olinda (Pernambuco), dias 18 e 19 de março de 2004. Este encontro foi promovido pelo Programa Gestão Pública e Cidadania, pela Universidade de Westminster de Londres e pela Universidade Federal de Pernambuco, com o apoio financeiro da Fundação Hewlett, da Fundação Ford e do Programa UN-Habitat.

VÍDEOS

Novos Caminhos para uma Gestão Pública com Cidadania (1998). Apresenta o Programa e estuda as tendências de inovação observadas nos governos subnacionais através de diversos exemplos de experiências dos ciclos de premiação de 1996 e 1997.

Série Brava Gente Brasileira (1999). Panorama de programas em diferentes áreas temáticas, produzido pela TV Futura.

Apresentando o Programa Gestão Pública e Cidadania (2001). Apresentação geral do Programa e seus objetivos.

Finalistas do Ciclo de 1999 (2001). Panorama dos programas finalistas do ano de 1999.

Construindo Cidadania (2001). Introdução ao Programa: a administração pública na ótica dos direitos humanos; cidadania política e cidadania social; tendências observadas nos programas inscritos; exemplos de projetos selecionados entre os finalistas de 2000; depoimentos: onde estamos na conquista da cidadania dentro do espaço público?

Combate à Pobreza na Gestão Pública (2001). Quadro de pobreza no Brasil; análise do conceito de pobreza; a importância das parcerias e alianças; programas de combate à pobreza e formação de parcerias reunidos no banco de dados; exemplos de projetos selecionados entre os finalistas de 2000; apresentação de depoimentos referentes ao tema: as experiências de parceria alteram a responsabilidade de governos na prestação de serviços?

Parcerias, Pobreza e Cidadania. Apresenta três iniciativas estudadas pelo Projeto Práticas Públicas e Pobrezas: APAEB de Valente (BA), Programa SISAR (CE), e o ASMARE, de Belo Horizonte (MG).

Série Práticas Públicas em Construção. Levar temas e práticas inovadoras para a pauta de discussão da agenda pública municipal é o objetivo desta série de documentários. Os sete primeiros vídeos já disponíveis são:

- 1) **Violência contra a mulher** – sem medo de meter a colher (2003)
- 2) **Agricultura Familiar** – tradição que tem futuro (2003)
- 3) **Consórcios Municipais** – a descoberta do conjunto (2003)
- 4) **Gestão Participativa** – uma proposta, vários caminhos (2003)
- 5) **Cultura** – cidadania e inclusão social (2004)
- 6) **Saúde** – prevenir é o melhor remédio (2004)
- 7) **Educação** – o direito de aprender (2004)

PROGRAMAS DE RÁDIO

Buscando Soluções - O Brasil Trocando Idéias (1999)

Buscando Soluções - Sempre Uma Boa Idéia no Ar (2001)

Buscando Soluções - Supermercado Mesa Pronta (2001)

Buscando Soluções - Sempre uma Boa Idéia no Ar (2003)

Buscando Soluções - Supermercado Mesa Pronta (2003)

Buscando Soluções - Supermercado Mesa Pronta (2004)

PÁGINAS NA INTERNET

Programa Gestão Pública e Cidadania:
<http://inovando.fgvsp.br>

Banco de Dados de Fomento Social:
<http://fosocial.fgvsp.br>

Desde 1996, o Programa Gestão Pública e Cidadania realiza um ciclo anual de premiação de práticas inovadoras de governos municipais, estaduais e de organizações próprias dos povos indígenas. As 20 histórias deste livro descrevem as iniciativas premiadas em 2004 e apresentam um pouco da imensa diversidade brasileira, com suas características regionais, seus problemas e suas muitas soluções criativas. Trata-se de um Brasil nem sempre bem conhecido, um Brasil pouco divulgado – um Brasil que funciona.



Programa Gestão Pública e Cidadania

Iniciativa da Fundação Getúlio Vargas e da
Fundação Ford com apoio do BNDES

Fundação Getúlio Vargas - Escola de
Administração de Empresas de São Paulo
Av. Nove de Julho, 2029 - prédio da biblioteca
2º. andar – São Paulo, SP – 01313-902
Fone: (011) 3288.9655 Fax: (011) 3287.5095
e-mail: inovando@fgvsp.br
website: <http://inovando.fgvsp.br>

